



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS
DE LICENCIATURA EM LETRAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

IAGO SALLES LOBO CORREIA

CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

João Pessoa

2022

IAGO SALLES LOBO CORREIA

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras da
Universidade Federal da Paraíba como requisito
para obtenção do título de Licenciado em Letras
com habilitação em Português.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Rosário de
Mello.

João Pessoa

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C824c Correia, Iago Salles Lobo.

Crenças e atitudes linguísticas na educação básica.
/ Iago Salles Lobo Correia. - João Pessoa, 2022.
74 f. : il.

Orientadora : Fernanda Rosário de Mello.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2022.

1. Crenças e atitudes. 2. Ensino básico. 3.
Preconceito linguístico. 4. Avaliação sociolinguística.
5. Gramática. I. Mello, Fernanda Rosário de. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 81:37

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todos os professores, colegas de classe, funcionários administrativos e todos os demais componentes do corpo da Escola/Universidade que me acompanharam neste processo de descoberta e redescoberta que a vida é.

Agradeço aos meus pais, Angela e Tito, e ao meu irmão Edu, que me deram condições de seguir meu sonho de me tornar professor.

Agradeço, nominalmente, a todos os meus colegas amigos da universidade que estiveram comigo desde o início da jornada acadêmica, sendo eles: Alessandra Barbosa, Anabelle Azevedo, Bruna Dias, Isaque Moraes, José Etham Barbosa, Joéloisa Esther, Phelippe Messias e Rebeca Albuquerque.

Agradeço aos professores universitários Maria Leonor Maia, Henrique Miguel Silva e Fernanda Rosário de Mello, por terem me influenciado a seguir o caminho da Linguística e da Sociolinguística e por me proporcionarem a melhor experiência possível no ambiente acadêmico.

Agradeço à minha namorada, Bárbara Freitas, que está comigo desde a escola e me apoiou durante todo o processo da graduação, sempre estando do meu lado até nos piores momentos.

Por fim, agradeço a Marcos Bagno, que, por meio da sua escrita, possibilitou meu processo de desconstrução acerca da língua portuguesa.

PRONOMINAIS

Dê-me um cigarro

Diz a gramática

Do professor e do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco

Da Nação Brasileira

Dizem todos os dias

Deixa disso camarada

Me dá um cigarro.

(Oswald de Andrade)

RESUMO

O ideal fixado entre os brasileiros, em geral, sobre língua e gramática afeta diretamente as crenças de professores e alunos acerca de sua língua materna, que, por sua vez, estão baseadas em um entendimento de língua como sinônimo de gramática e gramática como o conjunto dos preceitos normativos elencados na gramática tradicional. Por outro lado, toda variedade linguística que se afaste desse ideal é vista como errada e, por conseguinte, estigmatizada socialmente. Considerando essa realidade, nosso trabalho tem como objetivo geral evidenciar as crenças e atitudes de alunos concluintes da Educação Básica em relação às de seus professores de Língua Portuguesa, com o intuito de verificar a transferibilidade das crenças dos docentes para os seus educandos. Como fundamentação teórica, utilizamos os estudos sociolinguísticos e, em especial, os relacionados a crenças e atitudes, como Bagno (2007; 2015), Cyranka (2007), Faraco (2008) e Lambert e Lambert (1966). Esse referencial funciona não só como base teórica de análise dos dados, mas também como parâmetro para a elaboração do instrumento metodológico de geração de dados. Elaboramos, então, questionários cuja aplicação se deu em uma turma de concluintes do ensino básico de um colégio público e outra de um colégio particular, assim como para seus professores de língua materna, em João Pessoa/PB. Os resultados mostraram que a maioria dos estudantes corroborou com a resposta dada pelo professor, ou seja, as crenças dos professores acerca de língua, gramática e ensino parecem ser absorvidas por seus alunos nas aulas de Língua Portuguesa. Além disso, foram percebidas marcas de preconceito linguístico nas respostas a todos os grupos de perguntas para análise de dados, principalmente por parte dos estudantes. Por outro lado, os estudantes de escola particular foram menos conservadores que os de escola pública, em especial as meninas de escola particular absorveram o maior número de crenças do seu professor assim como demonstraram menos marcas de preconceito linguístico. A partir da leitura de nosso referencial teórico e sua associação à análise dos dados, é possível traçar a relação das crenças e atitudes linguísticas dos discentes às dos seus docentes.

Palavras-chave: Crenças e atitudes; Ensino básico; Preconceito linguístico; Avaliação sociolinguística; Gramática.

ABSTRACT

The ideal set among Brazilians, in general, about language and grammar directly affects the students' and the teachers' beliefs about their mother tongue, which, in turn, are based on an understanding of language as synonymous of grammar and grammar as the collection of normative precepts presented in traditional grammar. On the other hand, any linguistic variety that deviates from this ideal is seen as wrong and, consequently, socially stigmatized. Considering this reality, our study's main goal is to evidence the beliefs and attitudes of final-year students in relation to their Portuguese teachers, with the purpose of verifying the transferability of the teachers' beliefs to their students. As a theoretical foundation, we used sociolinguistic studies and, in particular, those related to beliefs and attitudes, such as Bagno (2007; 2015), Cyranka (2007), Faraco (2008) and Lambert and Lambert (1966). This reference works not only as a theoretical basis for data analysis, but also as a parameter for the development of the methodological instrument for data generation. We then elaborated questionnaires which were applied to a graduating class from a public school and another one from a private school in João Pessoa/PB, the test was also applied for their teachers of Portuguese. The results showed that most students agreed with the teacher's answer, that is, the teachers' beliefs about language, grammar and teaching seem to be absorbed by their students in Portuguese classes. Moreover, linguistic prejudice was perceived in all questions pools of the data analysis, especially by the students. Whereas, private school students were less conservative than public school students, in particular private school girls absorbed more beliefs from their teacher as well as demonstrated fewer marks of linguistic prejudice. From the reading of our theoretical framework and its association with the data analysis, it is possible to trace the relationship of the students' linguistic beliefs and attitudes to those of their teachers.

Keywords: Beliefs and attitudes; Basic education; Linguistic prejudice; Sociolinguistic evaluation; Grammar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CRENÇAS, ATITUDES E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	12
2.1. Crenças e atitudes e as suas aplicações na Sociolinguística.....	12
2.2. Preconceito linguístico e norma linguística.....	15
2.3 Educação e Sociolinguística.....	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
3.1 Seleção dos sujeitos de pesquisa.....	21
3.2 Construção dos instrumentos de pesquisa.....	22
3.3 Aplicação do instrumento de pesquisa.....	23
3.4 Tabulação dos dados.....	23
4. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	25
4.1 Crenças relacionadas à escola e ao ensino.....	25
4.2 Crenças relacionadas à língua portuguesa e à norma.....	34
4.3 Crenças relacionadas à língua escrita e à língua falada.....	44
4.4 Crenças relacionadas à variedade do aluno.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	59
ANEXOS.....	61

1. INTRODUÇÃO

O estudo das crenças e das atitudes já está presente no âmbito acadêmico mundial há mais de 60 anos, desde os trabalhos de Lambert e Lambert (1966) na década de 1960.

Tais estudos caíram como uma luva nas mãos da Linguística, principalmente nas da Sociolinguística, pois elas são essenciais no processo de avaliação linguística e, conseqüentemente, na evidência de prestígio ou desprestígio de determinada variedade para certo grupo. Portanto, as relações sociais existentes em determinada comunidade são analisadas e realizadas por meio destes preceitos, já que o indivíduo, assim que é inserido no grupo, já é bombardeado por informações, regras, costumes, sobre o que/quem é bem-visto e o que/quem não é.

Dessa maneira, o estudo das crenças e atitudes é primordial para que possamos decifrar as mais diversas valorações atribuídas ao/pelo indivíduo, ao seu grupo e aos demais grupos e pessoas.

No Brasil e nos diversos países de línguas românicas, em geral, há um apego maior à normatividade linguística do que nos países de línguas germânicas, por exemplo (FARACO, 2008, p.145). Com isso, a norma-padrão do português está presente no cotidiano de toda comunidade brasileira e influencia diretamente na forma com que as instituições de ensino trabalham a língua materna e as crenças e atitudes que nós temos acerca de nossa língua e, por conseguinte, das mais diversas variedades que ocorrem nela.

Baseado no terreno das crenças e atitudes, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como temática principal o estudo e evidência das crenças e atitudes dos estudantes concluintes de escola pública e particular no município de João Pessoa/PB, relacionando as crenças destes alunos às de seus professores, com o intuito de mensurar a influência docente nestes estudantes.

Portanto, temos como perguntas norteadoras as seguintes: 1ª) De que forma os jovens concluintes do Ensino Médio veem a própria língua? e 2ª) As crenças e atitudes dos professores acerca da língua são refletidas nas dos seus alunos?

Dessa maneira, a pesquisa tem como horizonte os preceitos da Psicologia Social trazidos por Lambert e Lambert (1966) acerca das crenças e das atitudes, pois o trabalho tem o intuito de, a partir de questionário, evidenciar a avaliação negativa ou positiva que os participantes têm acerca de objetos relacionados à língua portuguesa para que, a partir disso, possamos analisar as dissociações e consonâncias das crenças dos educandos em relação a seus educadores. Além disso, buscamos, especificamente, ponderar esta

proximidade do aluno com a crença do professor, analisar possíveis incongruências em algumas das crenças dos participantes e propor uma mudança educacional de como é vista a língua em sala de aula.

Ademais, esta pesquisa se faz relevante, porque viabiliza a visualização sistemática de algumas crenças dos alunos acerca da língua, possibilitando uma reparação, por meio reflexivo, de preceitos equivocados, por exemplo, ao responder que a língua escrita não é mais importante que a falada e afirmar, ao mesmo tempo, que a língua escrita é mais correta que a falada. Sendo assim, há uma incongruência nas crenças da pessoa, já que ela equipara a língua escrita e a falada, mas continua deixando a escrita em um patamar acima.

Isso por si só traz um distanciamento do que os documentos oficiais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998). Ambos os documentos pregam o contato com os mais diversos tipos de texto, orais ou escritos, para possibilitar os alunos a se portarem da maneira que ocasione o menor estigma possível na interação, visando burlar a opressão causada por um domínio social alheio ao aluno. Portanto, ao se contradizer em suas crenças trazidas no exemplo, fica visível que houve problema nesta proposição de viabilizar a apreensão dos mais diversos gêneros textuais, já que o estudante não concede o mesmo valor aos gêneros orais e aos escritos, subjugando toda a importância social que cada gênero tem.

No primeiro capítulo deste trabalho, está contida a revisão de literatura e a fundamentação teórica por meio de 3 grupos, sendo eles: (1º) as crenças e atitudes e suas aplicações na Sociolinguística; (2º) o preconceito linguístico e a norma linguística; (3º) Educação e Sociolinguística. Dessa maneira, na primeira seção do capítulo, teremos a disposição de conceitos de crenças e atitudes a partir da Psicologia Social (LAMBERT; LAMBERT, 1966) e sua relação com pesquisas no âmbito da Sociolinguística. Já a segunda seção tem como foco trabalhar o preconceito decorrente das avaliações que os falantes têm acerca da língua (BAGNO, 2007; 2015) e como a norma linguística influenciou e foi influenciada por este preconceito (FARACO, 2008). A última parte busca trilhar um caminho de mudança acerca da visão que os jovens têm acerca da língua pela inserção da Sociolinguística na sala de aula (BORTONI-RICARDO, 2004).

No segundo capítulo, apresentaremos o percurso metodológico da pesquisa, visando mostrar para o leitor todo o processo de delimitação do que foi feito no presente trabalho. Na primeira parte, é evidenciada a seleção dos sujeitos de pesquisa, depois como

se deu a construção dos questionários (anexos 1 e 2), que são nosso instrumento de pesquisa, posteriormente é mostrado como foi feito o processo de aplicação desse instrumento e, por fim, esclarecido o processo de análise dos dados obtidos.

No terceiro capítulo, estão alocados os dados da pesquisa, sendo eles as respostas dadas por professores e alunos, as respectivas tabelas com estas informações e suas análises. O estudo foi dividido em 4 seções referentes às características das perguntas, arroladas da mais geral para a mais específica. Na primeira seção, estão contidas as perguntas sobre crenças relacionadas à escola e ao ensino. Na segunda parte, temos as crenças relacionadas à língua portuguesa e à norma. No terceiro setor, temos as crenças relacionadas à língua escrita e à língua falada. Já na última subdivisão, estão contidas as crenças relacionadas à variedade do aluno.

Para concluir, buscaremos expor, de forma resumida, todos os dados que corroboram entre professor e aluno, além de evidenciar os preconceitos linguísticos ainda vigentes nas crenças dos participantes da pesquisa. A partir disso, traçamos uma possibilidade de mudança, visando a uma educação que batalhe contra o preconceito linguístico e a desigualdade social.

2. CRENÇAS, ATITUDES E LÍNGUA PORTUGUESA

Neste capítulo, decidimos incluir três subseções que têm o intuito de evidenciar o caminho traçado para responder aos problemas de pesquisa por meio de nossa análise de dados. Para isso, a divisão foi feita principalmente a fim de melhorar a organização da pesquisa e, conseqüentemente, a compreensão do leitor.

As crenças e as atitudes linguísticas estão intrinsecamente ligadas às noções que o falante tem da própria língua. Portanto, a primeira subseção, denominada de “Crenças e atitudes e as suas aplicações na Sociolinguística”, tem o objetivo de mostrar os conceitos base, retirados da Psicologia Social, que fundamentam a pesquisa, relacionando-os a fundamentos da Sociolinguística. A segunda subseção, nomeada de “Preconceito linguístico e norma linguística”, tem o intuito de discorrer sobre dois pontos que se entrelaçam e fazem parte do mundo das crenças e das atitudes de todo falante da língua, já que tanto as normas quanto o preconceito linguístico estão presentes no imaginário das pessoas. Já a terceira e última subseção, titulada de “Educação e Sociolinguística”, tem como foco relacionar a utilização da Sociolinguística em sala de aula como forma de melhorar a relação dos estudantes com sua própria língua materna e a dos demais.

2.1 Crenças e atitudes e as suas aplicações na Sociolinguística

Lambert e Lambert (1966) são dois autores da Psicologia Social que utilizaram dos termos *crenças* e *atitudes*, também usados neste trabalho, num viés sociolinguístico. Com isso, para esses autores, atitude é “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante” (LAMBERT; LAMBERT, 1966, p.77-78). Em outras palavras, a atitude seria o conjunto de impressões acerca de um objeto.

Por outro lado, as crenças seriam um dos 3 componentes formadores destas atitudes. Os componentes são os seguintes: os pensamentos e as crenças, os sentimentos e as tendências para reagir (LAMBERT; LAMBERT, 1966, p.78). As crenças envolvem as noções, positivas ou negativas, que o indivíduo tem acerca de um objeto, os sentimentos, se relacionam mais com a valoração do sujeito e as emoções favoráveis e desfavoráveis ao objeto, por fim, as tendências para reagir estão ligadas mais à reação do

indivíduo ao objeto. Vale salientar que tal reação não necessariamente seja uma ação direta, podendo ser algo mais velado.

Uma vez apresentados esses conceitos, é preciso retirá-los da Psicologia Social e atraí-los para a Sociolinguística, em específico para a Sociolinguística Educacional. Para isso, utilizamos Cyranka (2007), Morais e Andrade (2014), Ghessi e Berlinck (2020) e Oushiro (2021).

Em Cyranka (2007), além de uma contextualização sobre todos os conceitos das crenças e das atitudes, a autora traz, a partir de Sousa (1996), o conceito de crença *em um objeto* e crença *sobre um objeto*. Na crença em um objeto, está em debate a existência do objeto avaliado; já na crença sobre um objeto, está em discussão a valoração do objeto e sua relação com outros objetos. Assim como em sua tese, o viés principal da nossa pesquisa está relacionado com a crença sobre o objeto e as múltiplas relações que ele pode exercer. Em outras palavras, temos como foco observar as relações criadas pelo indivíduo entre o objeto e o seu contexto, relacionando as crenças dos alunos sobre um mesmo objeto e, conseqüentemente, traçar as avaliações acerca desse objeto nestas crenças.

Cyranka (2007) acrescenta outro conceito importante no debate acerca das atitudes linguísticas, sendo ele a avaliação linguística, retirado diretamente da Sociolinguística, que consiste em:

[...] o exame dos julgamentos dos falantes em relação à língua ou ao dialeto utilizado por seu interlocutor, estando subentendidas aí as mudanças implementadas, ou em implementação na língua, em relação à variedade considerada padrão (CYRANKA, 2007, p. 20).

Portanto, as atitudes estão intrinsecamente ligadas à avaliação linguística, pois, ao existir uma crença, um sentimento, uma tendência para reagir e uma atitude, há de ocorrer uma avaliação acerca do objeto analisado. Acrescentamos que, em Oushiro (2021, p.326), “o termo avaliação é entendido como o discurso metalinguístico explícito dos indivíduos sobre variantes, variedades e línguas – como dizer que a concordância não padrão é ‘feia’ e ‘errada’”.

Além disso, vale ressaltar o caráter tríplice da avaliação, podendo ser positiva, neutra ou negativa. Por exemplo, o indivíduo acha o sotaque de determinada região bonito (avaliação positiva), nem bonito, nem feio (avaliação neutra) e feio (avaliação negativa).

Morais e Andrade (2014) corroboram com os preceitos de que a atitude é feita a partir do conjunto de crenças e afirmam que “[...] a verdadeira atitude do aluno em relação à língua portuguesa só poderá ser determinada com base no exame do conjunto das muitas

crenças que ele tenha sobre o português” (MORAIS; ANDRADE, 2014, p. 5). Com isso, fica evidente a necessidade de expor, por intermédio do teste de crenças, o maior número de crenças acerca de um objeto para obter uma atitude mais próxima da verdadeira atitude do aluno.

Ghesi e Berlinck (2020) acrescentam que as crenças sobre a língua são construídas por experiências vividas pela pessoa, principalmente na escola, já que o estudante passa boa parte da sua vida dentro desse ambiente, sendo influenciado por crenças dos seus professores, considerados como figura central na propagação e reforço de crenças, e por outros participantes da equipe pedagógica.

Ao discutir os fatores externos que influenciam na relação das crenças e atitudes dos professores em sala de aula, Morais e Andrade, referenciando Barcelos, afirmam que:

“A relação entre crenças e atitudes recebe influência dos fatores contextuais. Assim, a aparente contradição, por parte dos professores, entre o que acreditam e fazem, ou seja, o hiato entre teoria e prática, é justificada pelos fatores contextuais. O desencontro entre os interesses dos professores e os da organização escolar como um todo constitui um dos fatores contextuais. Fatores como: exigência dos pais, diretores, escola e sociedade; arranjo da sala de aula; políticas públicas escolares; colegas; testes; disponibilidade de recursos; condições difíceis de trabalho; salas cheias; alunos desmotivados; programa fixo; resistência dos alunos a novas maneiras de aprender; carga horária excessiva de trabalho, muitas vezes, moldam a realidade das salas de aula e inibem a habilidade dos professores em adotar práticas que refletem suas crenças.” (MORAIS; ANDRADE, 2014, p.6)

Portanto, muitos problemas que são alheios ao professor criam uma ambientação em que, mesmo que o professor saiba como expor o conteúdo, as suas crenças e atitudes, não o faz pelo fato de a situação não ser propícia para isto.

Vale salientar também que, assim como o professor passa por problemas no cotidiano escolar, o aluno também passa por problemas externos, como insegurança alimentar, falta de moradia fixa, problemas psicológicos e estresse; e problemas no âmbito escolar, como aprender uma “nova língua” que não faz parte do seu cotidiano, entender como deve se portar nas diversas situações e qual “português” usar nestas ocasiões.

Em conclusão, as crenças e as atitudes linguísticas estão diretamente ligadas à avaliação linguística acerca de um objeto, já que os julgamentos acerca do objeto são avaliações acerca dele. Além disso, a divergência entre teoria e prática dos professores tem os mais diversos motivos e essa disparidade atinge diretamente os alunos, que podem

absorver crenças equivocadas acerca da língua materna, ocasionando, possivelmente, a proferição de afirmações, como “Português é muito difícil”.

2.2. Preconceito linguístico e normas linguísticas

Como foi evidenciado na subseção anterior, as crenças e as atitudes estão atreladas diretamente aos julgamentos dos indivíduos acerca da própria língua e das outras pessoas. Por meio disso, atitudes negativas a variedades estigmatizadas são alimentadas pela mídia burguesa, ao pregar um ideal elitista de língua, pelas instituições educacionais, ao trabalhar com *Chico Bento e Patativa do Assaré*, como um dos poucos exemplos de variação linguística, como se nos grandes centros urbanos não houvesse variação, e pela própria sociedade que é manipulada pelos outros dois fatores.

Bagno (2015) expõe ainda mais o problema da perpetuação dos preconceitos linguísticos e argumenta que existem 4(quatro) participantes centrais nesta difusão de intolerância, sendo eles: a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino, os livros didáticos e os comandos paragramaticais (a mídia). Ao explicar como funciona este círculo vicioso, o autor explicita que

“a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores — fechando o círculo — recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua” (BAGNO, 2015, p.109-110).

Já os comandos paragramaticais seriam uma espécie de força oculta que corrobora para a manutenção do ciclo e, conseqüentemente, da perpetuação do preconceito linguístico.

Faraco (2008) traz Três fatores que influenciam diretamente estes 4 participantes principais na difusão do preconceito linguístico e da intolerância com variedades desprestigiadas são a norma-padrão, a norma *curta* e a norma culta.

Primeiramente, faz-se necessária a conceituação de norma, sendo definida como “determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala” (FARACO, 2008, p. 35). O autor completa: “uma norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas com um conjunto de formas linguísticas; ela também (e principalmente), um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (FARACO, 2008, p. 41). Com isso, para ser norma, necessita-se diretamente do conjunto

de fenômenos linguísticos como componentes da cultura de um grupo. Nesse sentido, fala-se em normas, no plural; diferentemente do que pensa a maioria, de que existe uma única norma – a padrão.

Por outro lado, a norma-padrão consiste em um conjunto de preceitos e regras distantes do uso real e atual da língua, conseqüentemente, seria uma “norma” sem falantes, algo bastante contraditório, pois o título de “norma” necessita de falantes que a utilizem no seu cotidiano. Portanto, como esse preceito se estabilizou como suprasumo do conhecimento acerca da língua?

Bagno (2007) responde com destreza este questionamento a partir de uma análise histórica do processo de formação da norma-padrão. O autor afirma que, durante o período Renascentista, os Estados europeus viram a necessidade de instaurar uma língua oficial do governo (BAGNO, 2007, p. 88), porém, como escolher qual variedade seria a ideal para simbolizar a homogeneidade (inexistente) nacional?

Para os Estados renascentistas, não existiram dúvidas, escolheram a variedade que tinha mais força político-ideológica, sendo ela, obviamente, a da elite. Portanto, vale frisar que o critério passou longe de um procedimento técnico, utilizou-se simplesmente da força que o opressor tinha contra o oprimido, adicionando a língua como a mais nova arma no arcabouço bélico da opressão. O que acontece com a validação exclusiva de uma variedade é a exclusão das outras que passam a ser taxadas de imperfeitas, inferiores, incapazes, problemáticas e defeituosas, ou seja, “toda seleção implica, necessariamente, numa exclusão” (BAGNO, 2007, p. 89).

Não bastou a exclusão de um universo de variedades, autores do Renascimento, não satisfeitos, buscaram ainda mais distanciamento do povo e (re)incorporaram termos latinos que faziam parte da língua, mas que já haviam se distanciado da sua raiz latina. Com isso, termos como “frol” sofreram recondução e voltaram para a forma latinizada, “flor” (BAGNO, 2007, p. 93).

Pensando na realidade brasileira, todo esse projeto de distanciamento foi incapaz de erradicar a variação e, somado a mais de meio milênio de exploração, abuso e genocídio, conseguiu fazer com que a norma-padrão, nos países explorados por Portugal, ocupasse um abismo de distância da língua utilizada cotidianamente por esses povos.

Então, ficamos como produtos desta dita norma-padrão, que de norma não tem nada, o preconceito linguístico, a avaliação negativa da própria língua, a insegurança ao se expressar por medo desta avaliação e o abuso de poder da classe dominante em prol da “boa língua” e do “bom português”.

A norma curta seria o mais puro chorume da norma-padrão que possui um grupo de defensores ferrenhos. Por tal motivo, Faraco (2008) afirma que:

[a norma curta] trata-se de um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e têm impedido um estudo adequado de nossa norma culta/comum/*standard* (FARACO, 2008, p. 92).

Nesta citação, fazem-se necessários alguns adendos. Primeiro, o autor utiliza o termo norma curta para representar o apego irrestrito que parte do senso comum tem/propaga, pois ela representa a picuinha gramatical que deslegitima o que já ocorre na fala dos indivíduos que ocupam o topo do prestígio linguístico-social, a mediocridade gramatical, o preconceito, a arbitrariedade nas definições gramaticais, a exclusão e o enrijecimento da língua. Segundo, os bons instrumentos normativos seriam as gramáticas que trabalham a variação e se adaptam a ela, e não a demonizam.

Terceira e última norma discutida pelo autor é a norma culta/comum/*standard*, que seria a norma culta já conhecida por nós, mas com uma nomenclatura menos estigmatizante e mais plural, sendo ela realmente utilizada pelos indivíduos de maior letramento, de grandes centros urbanos e em contextos mais monitorados. Vale salientar que esta norma transcende a unidade que a norma-padrão prega, logo existem diversas normas *cultas/comuns/standard*.

Em conclusão, para o combate do preconceito linguístico, é necessário confrontar as duas “normas” nocivas, a padrão e a *curta*, que atravancam o avanço e a emancipação do povo oprimido e da população brasileira como um todo, desconstruir o círculo vicioso citado por Bagno (2015), pois, para acabar com as normas de opressão, deve-se acabar com os instrumentos utilizados por elas. Concomitante a isso, faz-se necessária a luta pela emancipação das variedades *cultas/comuns/standard*, possibilitando que a utilização da língua materna e a interação social não sejam processos vexatórios para o falante nativo da língua.

2.3 Educação e Sociolinguística

A última subseção é a mais breve e tem o objetivo de traçar um panorama para o combate ao preconceito linguístico no âmbito escolar.

Primeiramente, vale salientar a noção de domínio e papéis sociais. Bortoni-Ricardo (2004) evidencia que:

Um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo de interação humana. Quando usamos a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis próprios de cada domínio (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 23).

Ou seja, dependendo do contexto, o indivíduo deve agir de “x” forma para que ele corresponda às necessidades da interação. Portanto, as instituições de ensino devem possibilitar aos alunos, de forma sistêmica, a aquisição de recursos comunicativos que os façam desempenhar práticas sociais especializadas (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 75).

Além disso, é necessário também que os professores valorizem a cultura dos jovens estudantes, não tentando substituí-la pela norma padrão/*curta*, e sim capacitar os alunos a saberem se portar, falar e escrever nas mais diversas situações de interação, adquirindo cada vez mais novos “portugueses”. Para tanto, é necessário que os alunos não vejam na figura da escola um local de repressão e de julgamento, e sim como um espaço de desenvolvimento e de aprendizagem (GAGNÉ, 2002 apud PINTO; CYRANKA, 2011).

Além disso, Faraco (2008) elenca 3 metas para superar o preconceito, sendo elas:

- 1º – universalizar a educação básica, isto é, garantir 11 a 12 anos de escola a todas as nossas crianças e adolescentes;
- 2º – oferecer a todos uma educação de qualidade, o que significa, na área da linguagem, garantir, entre outras coisas, que os alunos saiam da escola básica com um bom domínio das práticas sociais de leitura e escrita;
- 3º – redesenhar nossa maneira de encarar nossa realidade linguística, em especial, nosso modo de entender a norma culta/comum/*standard* falada e escrita (FARACO, 2008, p. 69).

Ademais, acrescentamos algo de forma explícita que fica incubado na meta 1 de Faraco (2008): o Estado deve, para que a Educação Básica possa ser realmente universalizada, possibilitar aos alunos segurança alimentar, transporte até a escola, material didático individual, suporte psicopedagógico, além de dispor ao professor salários dignos e suporte material (lousa, lápis de quadro, projetor etc.) para que ele possa exercer suas atividades com o menor número possível de contratempos.

A partir disso, fica evidente a necessidade da mudança de como as instituições de ensino e a sociedade veem a língua. Logo, a utilização da Sociolinguística em sala de aula como uma pedagogia em língua materna é imprescindível, pois nela é promovida a reflexão do professor e do aluno sobre a língua, a aprendizagem dos mais diversos “portugueses” que existem no solo brasileiro e fora dele, a luta contra o preconceito contra

variedades socialmente marginalizadas e, conseqüentemente, a inclusão de todos os brasileiros que são massacrados pela norma-padrão e pela norma curta. É função da escola desenvolver no aluno a consciência acerca da variação nos usos da língua e seus valores sociossimbólicos diversos, promovendo, em conseqüência, a desejada ampliação das competências linguísticas dos estudantes.

Isso significa que não se trata de negar aos alunos o acesso a normas mais prestigiadas, com as quais eles têm contato no ambiente escolar, mas sim empoderá-los para que possam se expressar sem medo de ser massacrados. Por isso, faz-se necessário promover uma educação linguística que supere os dois grandes ranços pedagógicos que se fixaram entre nós por séculos: a gramatiquice e o normativismo. O primeiro seria o estudo gramatical com fim em si mesmo e o segundo seria a língua como algo rígido, que não suporta mudança (FARACO, 2008, p.147).

Desse modo, esses ranços configuram condutas altamente prejudiciais ao ensino de língua, porque retiram dele a possibilidade de se enxergar a real face sociolinguística brasileira, interferindo diretamente nas práticas escolares e, em conseqüência, nas divisões sociais perversas que se estabelecem entre os brasileiros há séculos.

Além da questão das diversas variedades existentes na língua portuguesa, é preciso discutir a valorização da modalidade escrita em detrimento da oral. Marcuschi e Dionísio evidenciaram que:

[...] não há razão alguma para desprestigiar a oralidade e supervalorizar a escrita. Também não há razão alguma para continuar defendendo uma divisão dicotômica entre fala e escrita nem se justifica o privilégio da escrita sobre a oralidade. Ambas têm um papel importante a cumprir e não competem. Cada uma tem sua arena preferencial, nem sempre fácil de distinguir, pois são atividades discursivas complementares. Em suma, oralidade e escrita não estão em competição. Cada uma tem sua história e seu papel na sociedade (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2007, p.15).

Dessarte, fica evidente que a comparação entre as duas modalidades é desnecessária e só atrapalha o domínio dos estudantes, já que são aumentadas as inseguranças que eles possam ter acerca da língua que eles falam e de como eles escrevem e de como a escrita deve ser impecável e a fala ser o lugar do erro.

Em conclusão, a luta por uma educação sociolinguística que vise à emancipação do aluno é capital, pois, assim, poderemos ultrapassar os diversos entraves aqui citados.

Por fim, no próximo capítulo deste trabalho, discutiremos sobre as questões metodológicas que embasaram a pesquisa, ou seja, a elaboração do teste de crenças, a sua aplicação e a tabulação dos dados obtidos. Para isso, o nosso questionamento é acerca da

forma como os jovens concluintes do ensino básico veem a língua e a relação disso com a visão de seus professores acerca da língua.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, nossa pesquisa está inserida no paradigma interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008), pois nosso interesse primordial são as crenças dos alunos e dos professores acerca da língua portuguesa. Além disso, tal paradigma foi utilizado na pesquisa, pois esta é qualitativa e, portanto, tem um corpus reduzido para que se possa estar mais próximo do objeto da pesquisa.

Dito isso, as seções deste capítulo têm como objetivo evidenciar o processo de seleção dos sujeitos de pesquisa, a construção de seus instrumentos, a aplicação destes instrumentos e a tabulação dos dados.

3.1 Seleção dos sujeitos de pesquisa

Nós realizamos a pesquisa e traçamos como objeto de estudo as crenças de estudantes de duas turmas de 3º ano de Ensino Médio, sendo elas uma de um colégio particular e a outra de colégio público; além deles, o professor de língua portuguesa de cada uma destas turmas também foi convidado a participar. O número de professores participantes foi de 2, 1 da pública e 1 da particular; já os alunos foram 21 da escola particular, divididos em 10 meninas e 11 meninos, e 23 da pública, sendo 12 meninas e 11 meninos. Vale salientar que os estudantes participantes tinham entre 16 e 19 anos e seus respectivos responsáveis assinaram o termo de consentimento que consta nos anexos 9 e 10 do trabalho. Acrescentamos também que a variável sexo foi escolhida por dois motivos: 1º) pelo fato de que o número de meninos e meninas ser bastante parecido, o que não geraria um possível enviesamento de dados; 2º) porque os resultados obtidos mostraram que as crenças têm absorção diferente a partir do sexo do participante, sobretudo quando relacionadas as respostas ao condicionador classe social (escola pública x escola particular)

Ademais, as escolas selecionadas estão localizadas no mesmo bairro (aproximadamente 600 metros de distância uma da outra), no Centro da cidade de João Pessoa, porém a diferença no custo para frequentar as instituições é abismal, já que a pública é oferecida “gratuitamente” pelo Estado e a outra tem uma das mensalidades mais caras da cidade, chegando a custar mais de 1 salário-mínimo (R\$1.212,00).

Esta proximidade geográfica e a diferença no preço foram fatores determinantes para a seleção das instituições de ensino, pois, mesmo estando no mesmo bairro, os

públicos são socioeconomicamente diferentes, como foi mostrado pelo questionário 1 (chegar anexo 1) respondidos pelos professores (chegar os anexos 3 e 4, que contêm as respostas dos professores). O professor da escola particular afirmou que os seus alunos são predominantemente de classe média, já os da professora de escola pública são de classe baixa.

Além dessas informações, o questionário 1 foi aplicado com o intuito de traçar questões acerca da formação do professor, questionando sobre a formação na graduação, se houve pós-graduação e em que área, tempo de formado, tempo que leciona e conhecimentos em Sociolinguística. Estas questões foram feitas para que pudéssemos saber há quanto tempo o professor leciona, se sua formação foi na área de Letras e seu conhecimento em sociolinguística. Com isso, pudemos saber se o professor tem experiência de sala de aula e teve contato com a sociolinguística assim como com as mais diversas discussões acadêmicas que ocorrem na pós-graduação em Letras, possibilitando que estes conhecimentos fossem colocados em sala de aula.

Sobre os professores, ambos realizaram pós-graduação na área de Letras, já estão formados há mais de 5 anos, lecionam há mais de 10 anos (o da particular há 14 anos e a da pública, há 12 anos) e, ao se tratar do conhecimento em Sociolinguística, o professor da escola particular afirmou ser seu conhecimento excelente e a da pública, bom.

3.2 Construção dos instrumentos de pesquisa

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram inspirados nos utilizados por Cyranka (2007), em especial o que se relaciona com dados pessoais dos professores participantes (Questionário 1) e o teste de crenças linguísticas (Questionário 2). Ambos foram adaptados para se adequar melhor ao objetivo almejado no nosso trabalho.

O questionário 1 foi aplicado só aos professores e consiste em um conjunto de perguntas acerca da formação profissional deles e o perfil das suas turmas (particular/pública e classe média/classe baixa).

O questionário 2 (anexo 2), acerca das crenças, foi montado com questões utilizadas em Cyranka (2007), elaborado por nós e inspiradas nos mitos trabalhados por Bagno (2015). O teste tem 26 questões e foi dividido em 4 grupos, sendo eles: crenças relacionadas à escola e ao ensino; crenças relacionadas à língua portuguesa e à norma; crenças relacionadas à língua escrita e à língua falada; crenças relacionadas à variedade

de alunos. As perguntas relacionadas com cada grupo são as seguintes, respectivamente, 1-8; 9-17; 18-22; 23-26.

3.3 Aplicação do instrumento de pesquisa

Antes de ir às salas aplicar o questionário, foi preciso se reunir com a direção das instituições educacionais. No colégio público, a liberação foi dada no primeiro contato, porém, no particular, só depois de duas semanas de muita burocracia, a liberação nos foi concedida.

De maneira cronológica, na escola pública, o processo de liberação e coleta se deu dessa maneira: 11/05/2022, ida ao colégio para pedir autorização à coordenação e seleção da turma que participaria da pesquisa; a turma selecionada foi a que estava tendo aula de Português no momento posterior à reunião. No dia seguinte (12/05/2022), foram entregues e explicados os Termos de Consentimento dos alunos e dos professores (checar anexos 9 e 10). A professora concordou, assinou e devolveu o termo no mesmo dia; alguns alunos que já tinham 18 anos devolveram neste mesmo dia. Após esse dia, fomos ao colégio cerca de 5 vezes nas duas semanas seguintes (13/05/2022-24/05/2022), esperando que os alunos levassem o termo assinado pelos pais, porém, poucos devolveram em cada ida. Em 27/05/2022, o questionário foi aplicado, aceitamos a entrega dos termos até este dia. A aplicação durou cerca de 30 minutos, juntando a explicação e a realização do questionário.

Já na escola particular, o caminho foi um pouco diferente. Primeiramente, na primeira semana (11/05/2022 - 13/05/2022), o diretor estava em viagem e ninguém presente poderia resolver nossa questão. Na semana seguinte, só pudemos ser recebidos na quinta-feira (19/05/2022) pela direção. Após a reunião, foi liberado nosso encontro com os alunos e o professor para explicar nossa pesquisa. Fomos no dia seguinte (20/05/2022) e a turma selecionada foi a que o professor de Língua Portuguesa estava dando aula no momento. Depois da explicação e entrega dos Termos de Consentimento, 3 alunos e o professor devolveram o termo. Na semana seguinte, fomos 3 dias para receber os demais termos. No dia da aplicação (27/05/2022), alguns alunos ainda entregaram o termo assinado e participaram da pesquisa. A aplicação demorou cerca de 30 minutos.

3.4 Tabulação dos dados

Após a coleta, foi feita a tabulação desses dados. Para isso, foram feitas 4 planilhas no Microsoft Excel, sendo contidas nelas: (1ª) as respostas dos alunos e do professor de escola particular (anexo 5); (2ª) as respostas dos alunos e da professora de escola pública (anexo 6); (3ª) as respostas dos alunos de escola particular divididas por sexo (anexo 7); (4ª) as respostas dos alunos de escola pública divididas por sexo (anexo 8). Vale salientar que, pelo fato de os questionários serem entregues de forma impressa, a tabulação foi feita de forma manual, sem utilização de programas computacionais que geram/organizam os dados.

Dito isso, todo o processo metodológico foi feito e revisado minuciosamente para que fosse possível uma análise mais fluida e organizada dos dados obtidos na pesquisa, com base no referencial teórico selecionado e explicitado no trabalho.

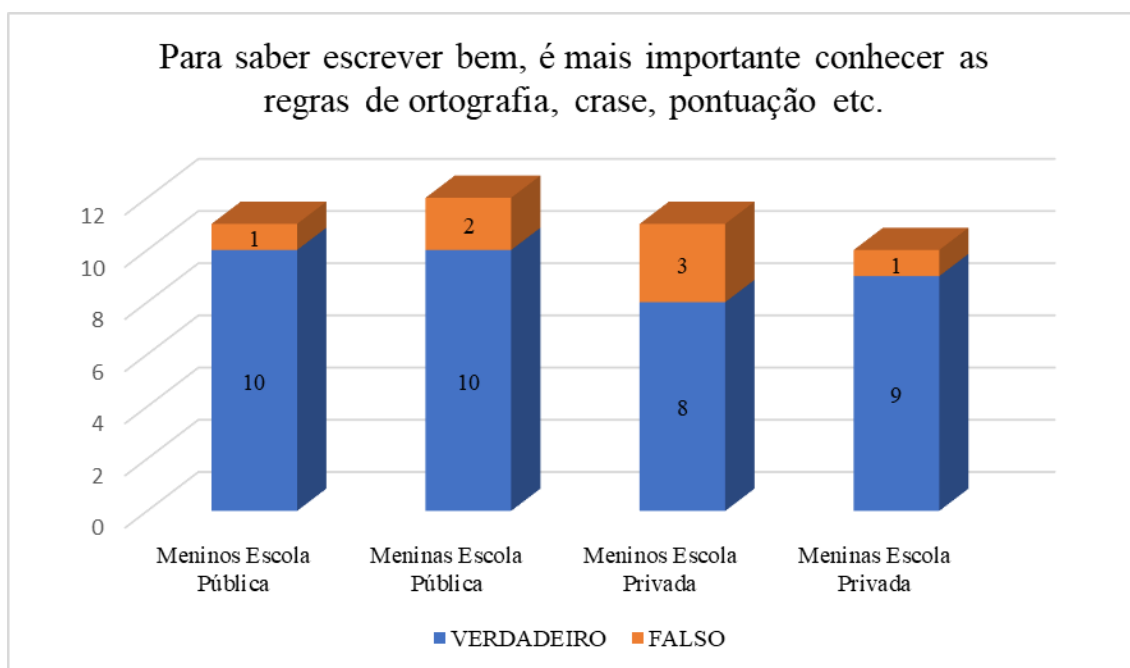
4. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, realizaremos a análise de dados e a discussão dos resultados obtidos a partir dos questionários. Para isso, as seções foram divididas em grupos de temas do macro para o micro e os gráficos de cada questão também foram anexados nessas divisões. O questionário já foi disposto na ordem das seções para facilitar a organização e a leitura. Vale frisar que a partição das perguntas foi feita nos seguintes grupos: 1º) escola e ensino; 2º) língua portuguesa e norma; 3º) língua escrita e língua falada; 4º) variedade do aluno. As questões foram respondidas por 10 meninas de escola particular, 11 meninos de escola particular, 12 meninas de escola pública e 11 meninos de escola pública, totalizando 21 estudantes de escola particular e 23 de escola pública (anexo 7 e 8).

4.1 Crenças relacionadas à escola e ao ensino

A primeira parte da análise de dados comporta as questões que foram alocadas na temática de escola e ensino, sendo elas as questões de 1 a 8 do anexo 2. No gráfico a seguir, encontram-se a pergunta 1 e os percentuais de respostas.

Gráfico 01: Resultados da questão 1 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

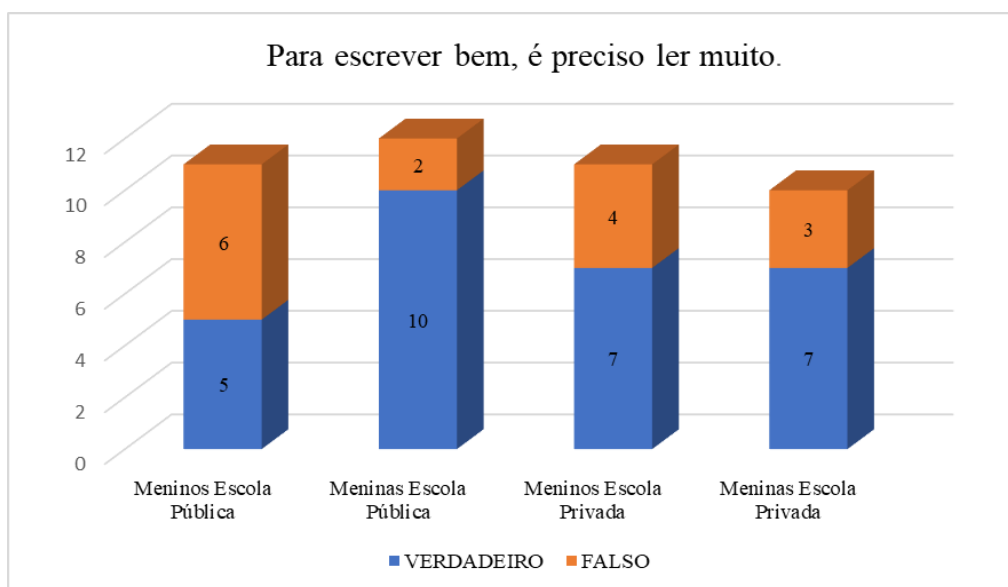
A primeira pergunta do nosso questionário é voltada para a valoração que as regras de ortografia, crase, pontuação etc. têm na qualificação de uma escrita como boa.

Nesta questão, 91% dos meninos de escola pública, 83,3% das meninas de escola pública, 72,7% dos meninos de escola privada e 90% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação verdadeira. Logo, fica visível que é quase homogêneo entre os estudantes das duas instituições que, para saber escrever bem, é **mais** importante conhecer as regras de ortografia, crase, pontuação etc.

Essa afirmação foi largamente aprovada pelos estudantes, porém ambos os professores a marcaram como falsa. Dessa forma, vemos que os educandos, equivocadamente, veem como competência principal para escrever bem o domínio de questões notacionais e não o domínio da textualidade e todos os demais fatores envolvidos no uso linguístico situado.

É interessante notar que, para essa questão, a crença dos professores não corresponde às crenças dos alunos. Não temos uma resposta determinada para esse fato, mas algumas indagações surgem, como, por exemplo, se essa divergência evidencia uma teoria (na resposta dos docentes) dissociada da prática da sala de aula, em que os professores possam conduzir as aulas de modo a levar os alunos a enxergar a função das aulas de Língua Portuguesa dessa forma. Obviamente que somente com outras formas de observação e análise chegaríamos a alguma resposta mais conclusiva. Passemos, agora, à questão 2.

Gráfico 02: Resultados da questão 2 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, buscamos observar se os alunos veem o ato de ler como um pré-requisito para se tornar um bom escritor. Assim, 45,5% dos meninos de escola pública, 83,3% das meninas de escola pública, 63,6% dos meninos de escola privada e 70% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação verdadeira. Em relação aos professores, o da particular marcou como falsa e a da pública marcou como verdadeira.

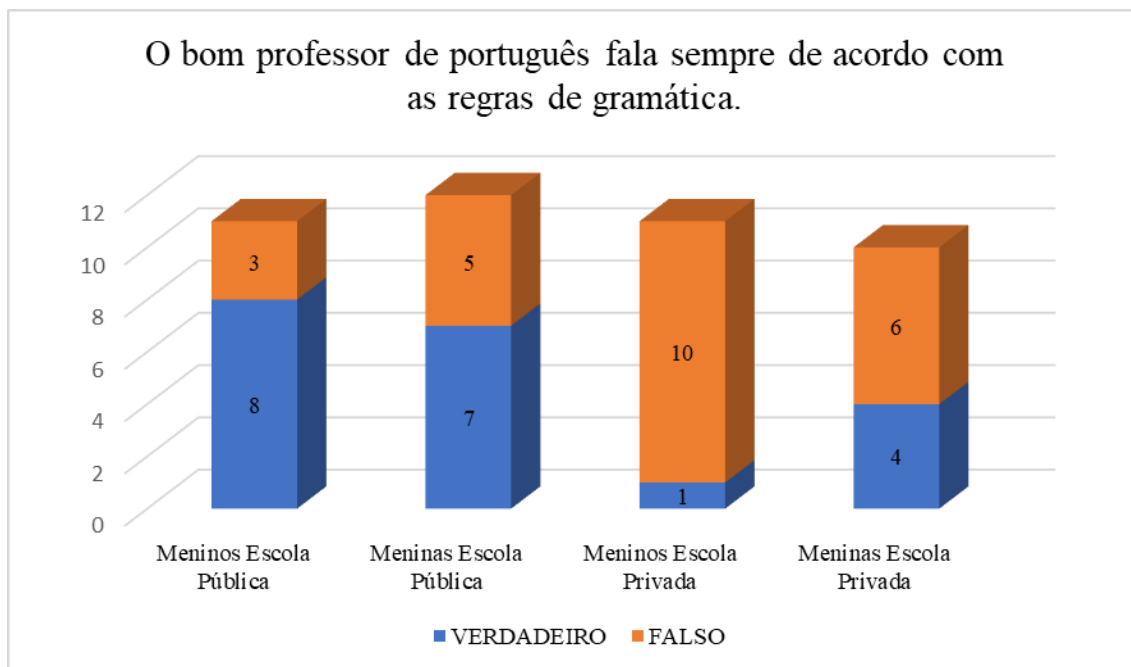
Portanto, na escola privada, apenas um terço dos alunos corroboram com a visão do professor; por outro lado, na pública, as meninas concordaram quase que unanimemente (10 de 12) e os meninos ficaram divididos (5 de 11).

Na escola pública, o percentual nas respostas de meninos e meninas foi muito diferente. Praticamente, entre os meninos, houve uma igualdade – metade considerando verdade, metade considerando falso. A grande maioria das meninas dos dois grupos, entretanto, acredita ser verdadeira a associação entre ler e escrever. Essa divergência nos sugere, então, que as crenças sobre leitura e escrita são mais uma particularidade dos estudantes do que propriamente uma influência da crença de sua professora.

Chama nossa atenção o fato de um dos professores não concordar com a afirmação, não associando leitura à escrita. A leitura dos mais diversos gêneros discursivos e a prática de construção textual são indispensáveis para o processo de capacitação de uma boa escrita (CYRANKA, 2007, p. 117). Portanto, a leitura e a produção de textos diversos habilitam a pessoa a escrever cada vez melhor estas produções. Esse dado, que revela a dissociação entre leitura e escrita, pode ter alguma relação com a resposta à questão 1 acerca do que seja mais relevante para saber escrever bem.

A seguir, vejamos os resultados para a pergunta de número 3.

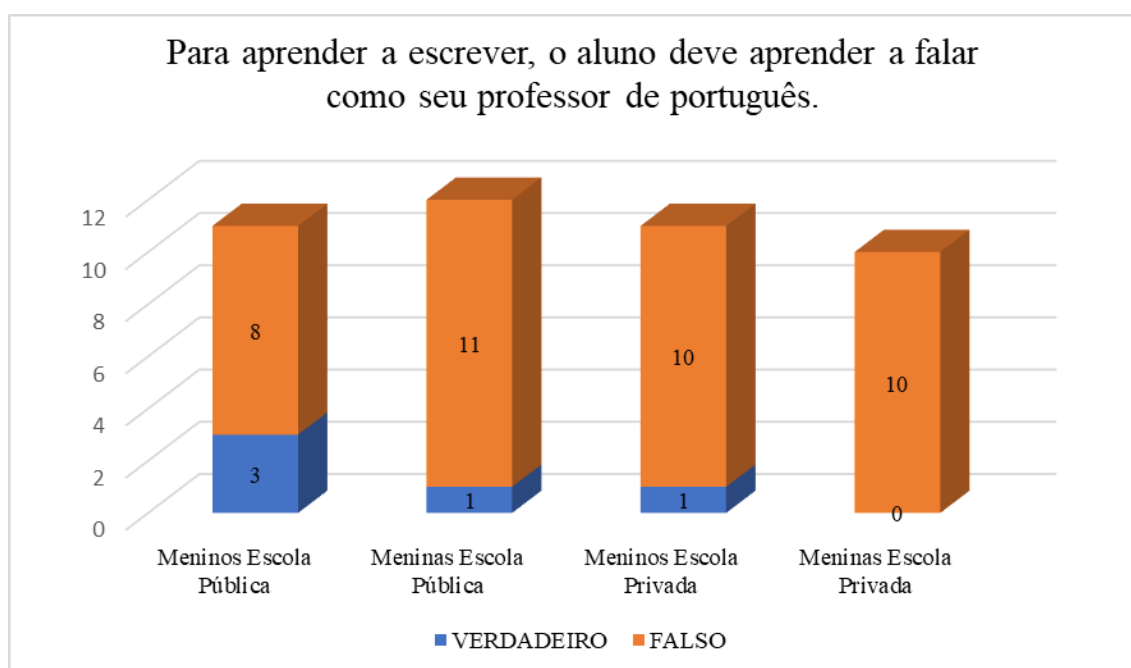
Gráfico 03: Resultados da questão 3 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, utilizamos o termo gramática para se referir à gramática normativa, pois, na visão do estudante, e muitas vezes na da escola, a única gramática é esta, ignorando as mais diversas gramáticas das mais diversas variedades do português brasileiro. As respostas indicam que 72,7% dos meninos de escola pública, 58,3% das meninas de escola pública, 9% dos meninos de escola privada e 40% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação verdadeira. Ambos os professores marcaram esta afirmação como falsa. Logo, vemos que os alunos da escola particular se aproximaram mais da crença do professor, principalmente os meninos (10 de 11), já na pública, apenas 34,7% responderam como seu educador.

Com isso, vemos que os estudantes da escola pública têm mais arraigada a noção de que falar como prescreve a gramática é uma qualidade atribuída à figura do professor. Nesse caso, o professor de Português é visto como uma figura quase mágica, que “não pode errar”; caso contrário, ele não é um “bom professor”. Essa visão é muito forte na sociedade em geral, como se professores de Português fossem a própria materialização de uma gramática prescritiva ou de dicionários. A maior disparidade nesta questão fica entre os meninos, os da pública foram a favor da afirmação e os da particular foram fortemente contra.

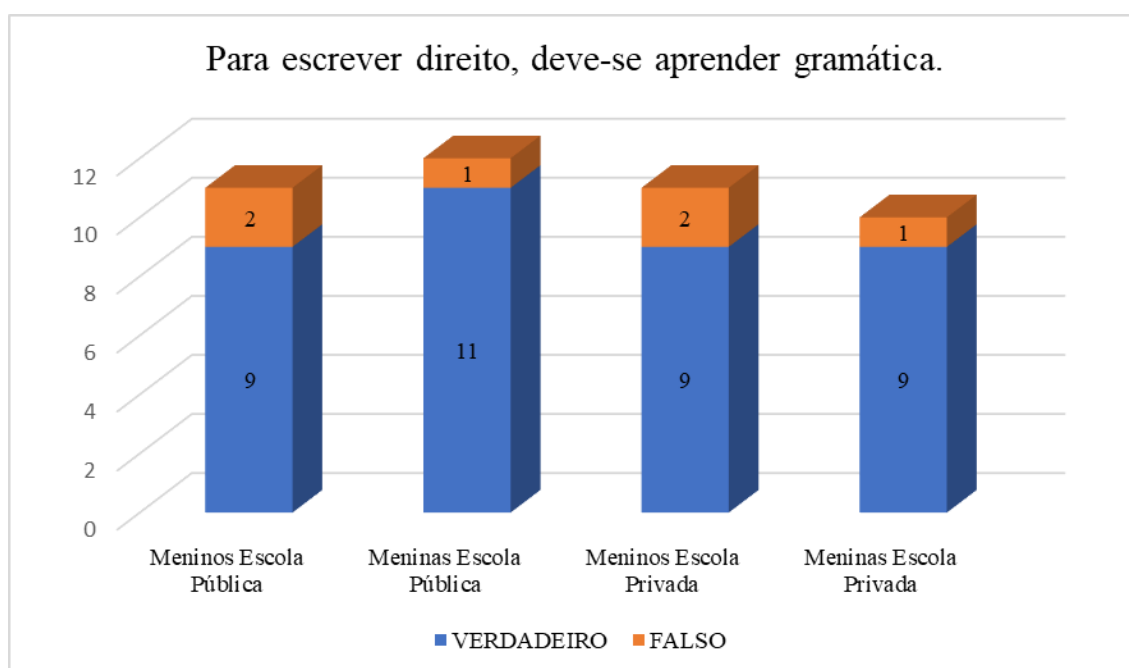
Gráfico 04: Resultados da questão 4 do teste de crenças

Fonte: Elaborado pelo autor (2002).

Nesta questão, 72,7% dos meninos de escola pública, 91,6% das meninas de escola pública, 90,9% dos meninos de escola privada e 100% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação falsa. Esta foi a primeira questão que quase todos os alunos corroboram com a crença do professor, apenas 4 na pública e 1 na privada acreditaram na veracidade da afirmação.

A questão 4 dialoga diretamente com a questão anterior, porque a maioria dos estudantes de escola pública se alinharam com a figura do professor como seguidor ferrenho da gramática normativa, sendo a fala do professor como ideal para se aprender a dominar a escrita. Por outro lado, vemos que a rejeição a essa afirmação foi muito superior em 3 grupos e igual a outro, portanto, fica evidente que alguns alunos se contradizem, já que associam o bom falar do professor a gramática, mas não veem esse falar como forma de aperfeiçoar a sua escrita. Logo, aparentemente há uma dissociação entre falar bem e escrever bem na mentalidade da maioria dos estudantes.

Vale salientar que os meninos da escola privada foram 100% congruentes nas duas respostas, alcançando os mesmos 90,9% nas duas questões.

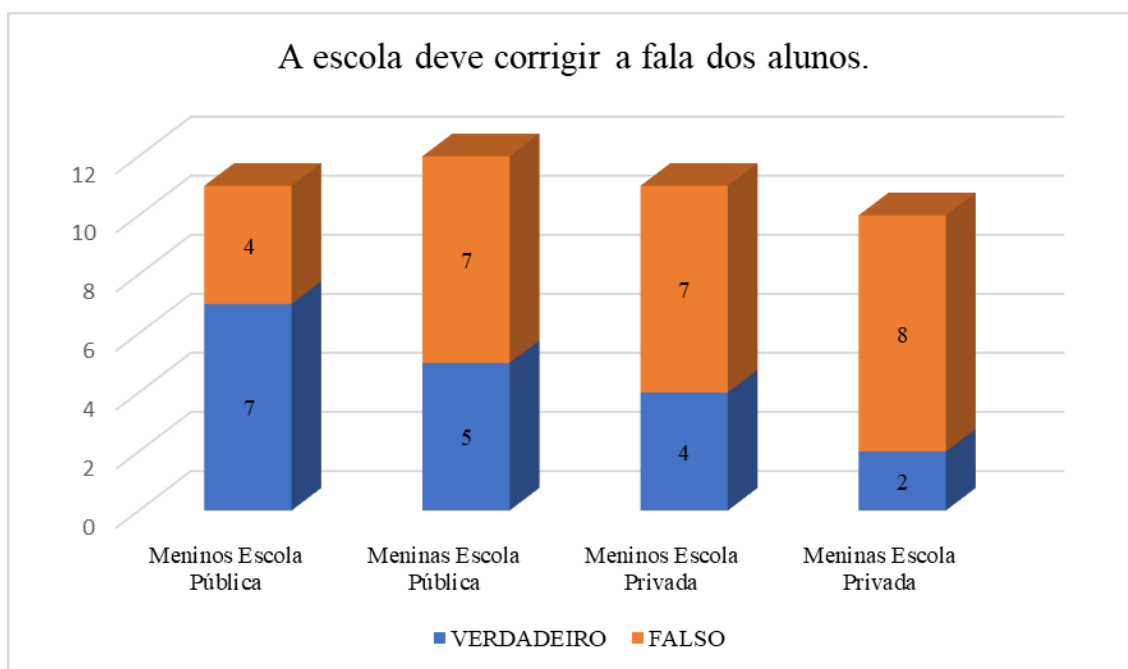
Gráfico 05: Resultados da questão 5 do teste de crenças

Fonte: Elaborado pelo autor (2002).

Assim como na questão de número 3, utilizamos o termo gramática para fazer referência à gramática normativa, porque ela é a representante principal da gramática no âmbito escolar e, conseqüentemente, no imaginário dos alunos.

Nesta questão, 81,8% dos meninos de escola pública, 91,7% das meninas de escola pública, 81,9% dos meninos de escola privada e 90% das meninas de escola privada julgaram a afirmação verdadeira. A professora da escola pública marcou, assim como boa parte de seus alunos, verdadeiro para a afirmativa; já o professor da particular foi contrário aos seus alunos e marcou falso.

Um fator preocupante, presente nas respostas do aluno e da professora de escola pública, é a falsa necessidade atribuída à gramática no processo de desenvolvimento da escrita (CYRANKA, 2007, p. 117), como se a gramática fosse o fator essencial para se escrever bem e não o próprio texto. Além disso, a afirmação é equivocada, pois, se ela fosse verdade, todos os gramáticos seriam ótimos escritores (BAGNO, 2015, p. 92), algo que não é verdade. Obviamente que o domínio de regras gramaticais variáveis interfere na competência textual, mas não se equivalem completamente. A seguir, passamos à questão 6, que discute um dos temas mais famigerados na educação – a correção, altamente vinculada ao normativismo presente na cultura do erro (FARACO, 2008).

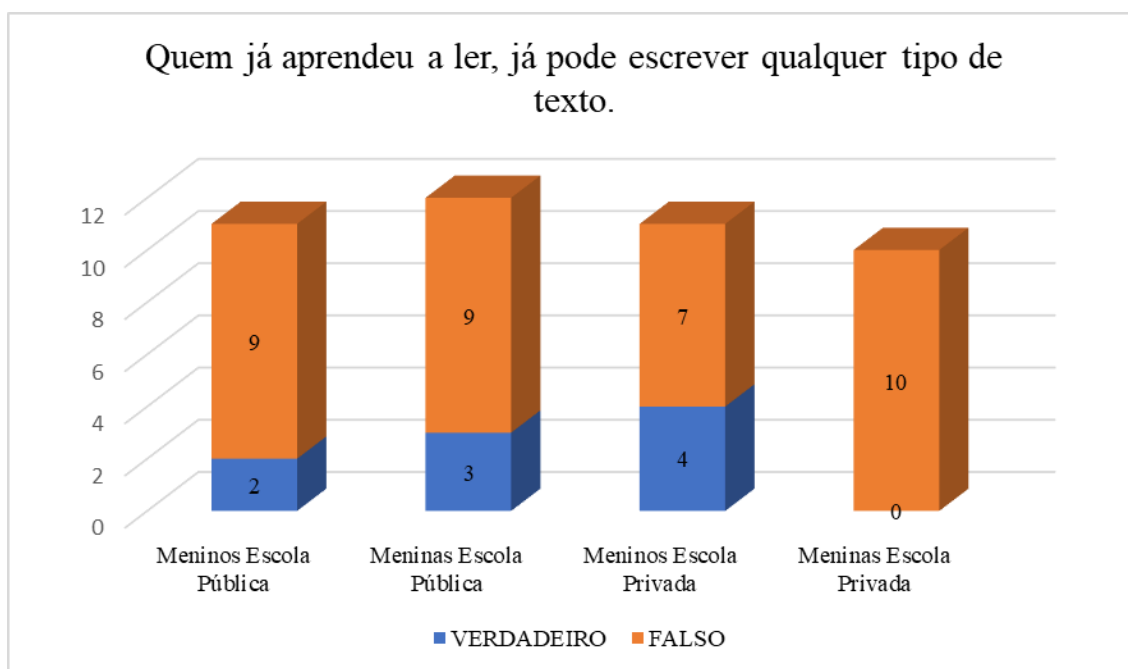
Gráfico 06: Resultados da questão 6 do teste de crenças

Fonte: Elaborado pelo autor (2002).

Nesta questão, 36,4% dos meninos de escola pública, 58,3% das meninas de escola pública, 63,7% dos meninos de escola privada e 80% das meninas de escola privada julgaram a afirmação falsa. Ambos os professores assinalaram a afirmação como sendo falsa.

Na escola privada, a questão é majoritariamente falsa, logo, aparentemente, a noção de que a escola tem esse dever de correção não está tão presente no cotidiano deles. Em contrapartida, na escola pública, principalmente entre os meninos, esta ideia de correção se faz bem mais presente.

A priori, a não consonância dos professores pode causar dúvidas, como: Se não na escola, em que lugar será feita a correção do aluno? Porém, é possível que a discordância dos professores com a afirmação venha do princípio do próprio verbo corrigir, já que essa ação precisa de um erro para ser realizada, considerando que não se pode corrigir um acerto. Por tal motivo, acreditamos que, possivelmente, os professores não tenham a visão de correção, mas sim de adequação do aluno.

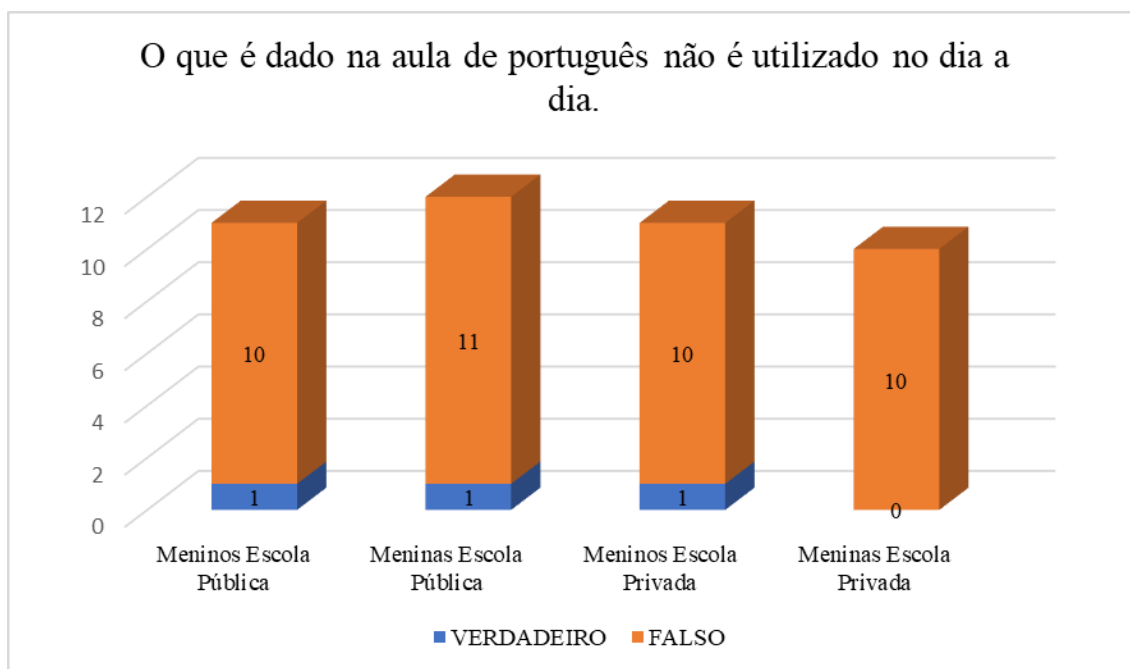
Gráfico 07: Resultados da questão 7 do teste de crenças

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 81,9% dos meninos de escola pública, 75% das meninas de escola pública, 63,7% dos meninos de escola privada e 100% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação falsa. Ambos os professores elencaram esta afirmação como falsa.

Com isso, fica visível que a maioria dos participantes tem noção que só aprender a ler é insuficiente, sendo necessárias outras habilidades, de diferentes ordens, para produzir um texto. Neste caso, postulamos duas hipóteses para estas respostas: 1º) relacionando esta questão com a primeira, vemos que há valorização da escrita nos dois casos; na primeira, pela supervalorização de questões notacionais e na sétima, a leitura não possibilitando a capacidade de escrever qualquer texto; 2º) o enunciado pode ter ficado vago, ocasionando a confusão de que o início do processo de apreensão da leitura (alfabetização) é capaz de possibilitar ao aluno a competência de escrever qualquer texto. Por isso, acreditamos que os estudantes foram quase que unânimes nesta questão.

Além da primeira pergunta, há a possibilidade de a segunda também justificar as respostas aqui dadas, porque esta questão traz a apreensão da leitura como insuficiente para ler qualquer texto e a 2ª confirma que há a necessidade de muita leitura para se escrever bem. Logo, só muita leitura de determinado texto para possibilitar a sua escrita com primor.

Gráfico 08: Resultados da questão 8 do teste de crenças

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 91% dos meninos de escola pública, 91,6% das meninas de escola pública, 91% dos meninos de escola privada e 100% das meninas de escola privada julgaram a afirmação falsa. Os professores seguiram à risca a maioria esmagadora dos alunos e evidenciaram a questão como falsa. Foi a primeira questão do trabalho que teve quase um acordo total entre os participantes. Portanto, fica claro que quase todos os que participaram da pesquisa têm noção de que a aula de português dá resultados fora da sala de aula. Verificamos, assim, uma crença positiva de alunos e professores sobre a função das aulas de Português – instrumentalizar o aluno para agir socialmente por meio da interação verbal.

Tal importância pode ser comprovada por questões anteriores, como a 1, 5 e 7. Na 1ª e na 5ª, vemos que o apreço por questões notacionais e pela gramática normativa agrega valor às aulas de língua materna, pois são nelas que há a propagação destas questões. Já na 7ª, é possível que as aulas de português sejam vistas como necessárias, pois só aprender a ler não é o suficiente como forma de desenvolvimento de uma escrita elaborada, com isso, as aulas se fazem necessárias para desenvolver a leitura e a escrita dos estudantes.

Podemos concluir que, neste primeiro bloco, os estudantes foram alinhados com uma linha de crenças fixa, havendo poucos estudantes que se contradisseram nas

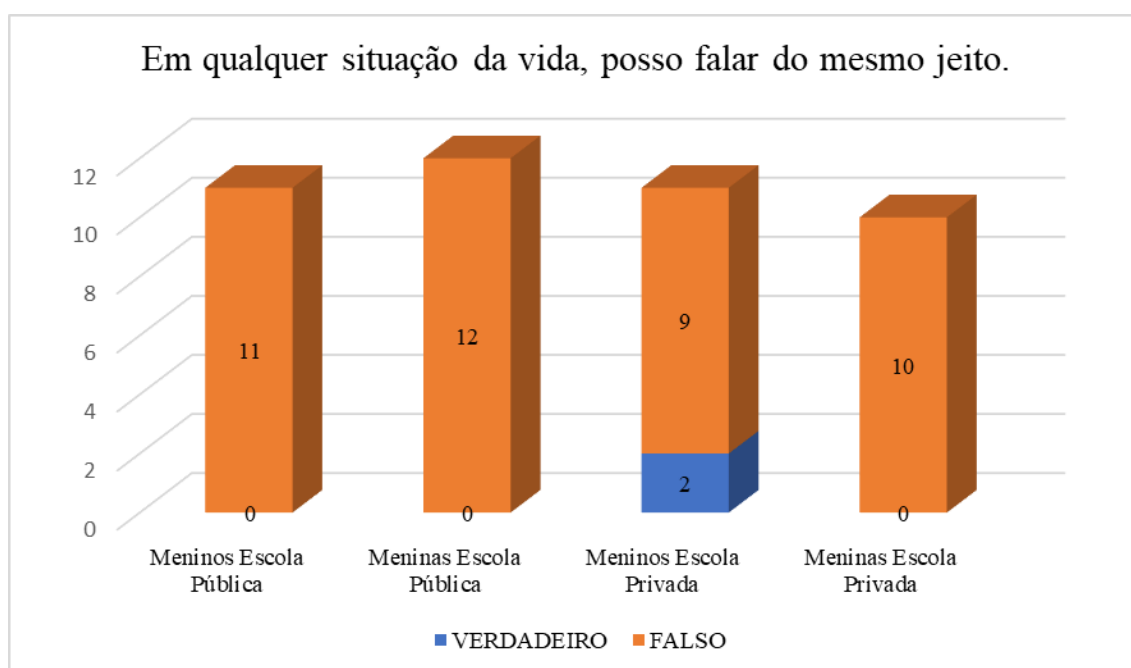
perguntas feitas. Por outro lado, vemos que ainda existem alguns equívocos que devem ser superados para uma emancipação linguística dos alunos, como: superar o apego à gramática (normativa) e às questões notacionais, descentralizando-as da aula de língua materna.

Agora iremos para a próxima seção, analisando as respostas relativas a crenças sobre língua e norma.

4.2 Crenças relacionadas à língua portuguesa e à norma

A segunda parte da seção comporta as questões que foram alocadas na área de língua portuguesa e norma, sendo elas as questões 9 a 17 do anexo 2.

Gráfico 09: Resultados da questão 9 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

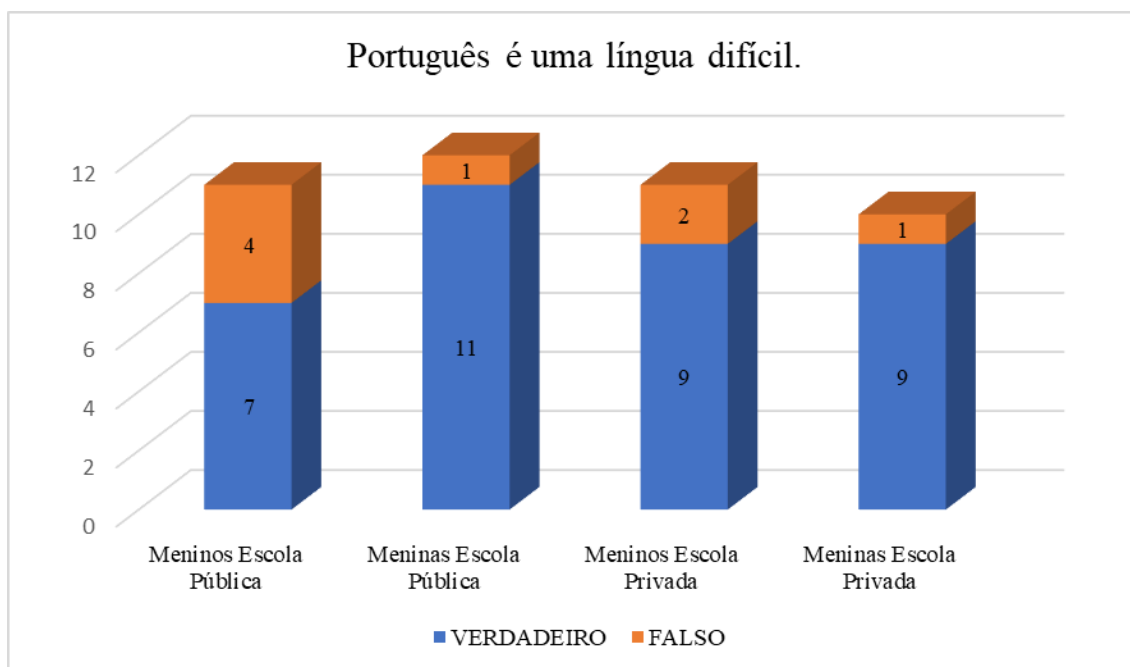
Nesta questão, 100% dos meninos de escola pública, 100% das meninas de escola pública, 81,9% dos meninos de escola privada e 100% das meninas de escola privada julgaram a afirmação falsa. Os professores, assim como a maioria dos estudantes, marcaram a afirmação como falsa.

Portanto, fica claro que a maioria esmagadora dos participantes entendem que não se pode se portar de qualquer forma em qualquer lugar, é preciso corresponder aos papéis

sociais do domínio social em que a interação está acontecendo (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 23). Essa é uma crença muito valiosa para a reflexão sociolinguística, desmistificando uma ideia frequentemente difundida de que o importante no uso linguístico é haver comunicação.

Nas próximas duas questões, abordaremos a percepção do aluno sobre língua portuguesa.

Gráfico 10: Resultados da questão 10 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 63,7% dos meninos de escola pública, 91,7% das meninas de escola pública, 81,9% dos meninos de escola privada e 90% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação verdadeira. Os dois educadores foram na contramão dos alunos e marcaram a questão como falsa.

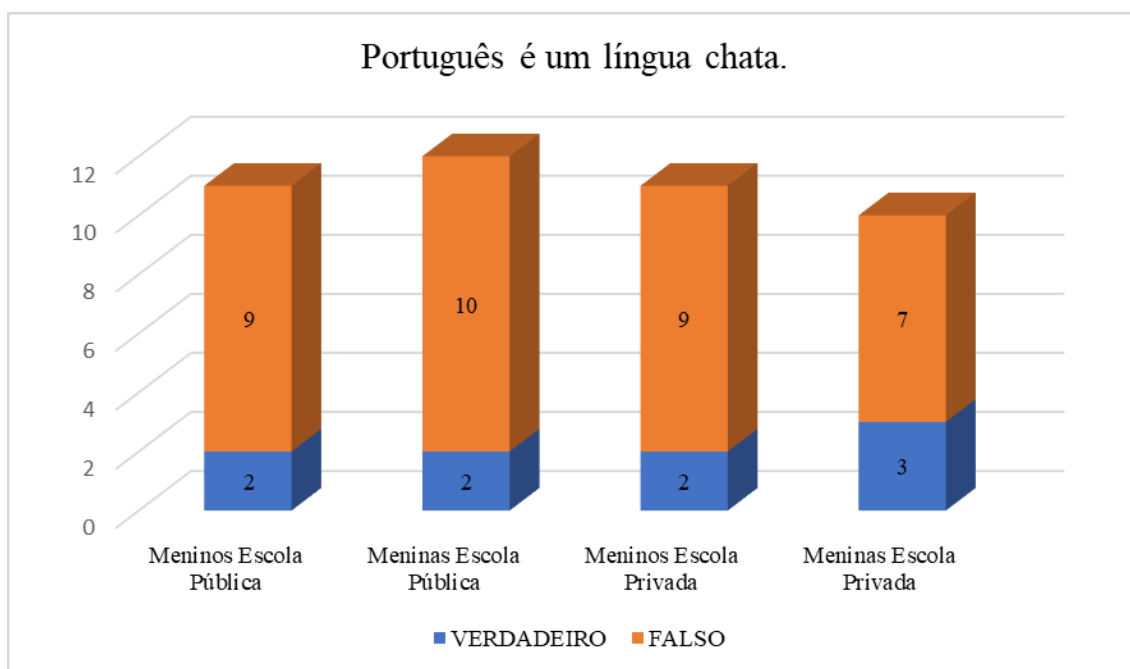
Salvo alguns educandos que evidenciaram o caráter falacioso dessa afirmação (21,3% na pública e 14,3% na particular), a maioria cai na armadilha da norma (curta) ensinada na escola que utiliza de preceitos que pouco têm relação com a língua utilizada cotidianamente pela população brasileira (BAGNO, 2015, p. 57).

Um dos efeitos mais perversos da gramatiquice e do normativismo é a crença de que Português é uma língua difícil, complicada. Se pensam isso sobre seu idioma, o que esperar desses alunos na dedicação à sua aprendizagem? Quantas pessoas se agradam em

gastar tempo e energia em tarefas que não lhes parecem razoáveis, úteis, funcionais? Para que estudar algo que se julga difícil e, muitas vezes, de domínio inacessível? Essa é uma das razões pelas quais a aula de língua para muitos alunos é um dos momentos mais desgastantes e improdutivos da vida escolar.

Além disso, é bastante curioso que os professores discordem da afirmação, mas que seus alunos sejam praticamente categóricos ao concordarem com ela. Que língua portuguesa está sendo levada para a sala de aula, então?

Gráfico 11: Resultados da questão 11 do teste de crenças



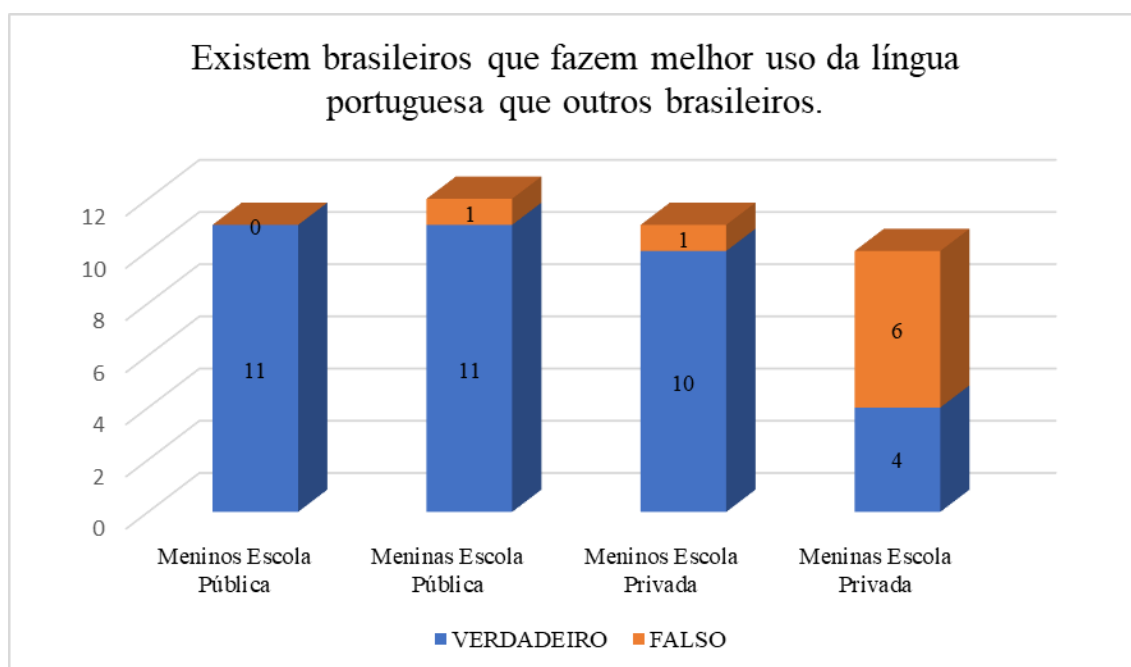
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 81,9% dos meninos de escola pública, 83,4% das meninas de escola pública, 81,9% dos meninos de escola privada e 70% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação falsa. Os docentes afirmaram que a colocação 11 do questionário é falsa, assim como boa parte dos alunos.

Os alunos foram na contramão da questão anterior e evidenciaram que a língua portuguesa não é chata. Assim, tal resposta faz pensar que a língua portuguesa ser difícil foi introjetada na mentalidade deles de uma forma que esta afirmativa não é racionalizada e sim “empurrada goela abaixo”. Ou, ainda, confirmando nossa discussão anterior, que o estudo do Português se torne difícil pelas opções pedagógicas da escola e de seus agentes. Os alunos podem acreditar que português não seja chato, porém (e infelizmente), difícil.

Mais uma suposição para tal discordância entre as respostas também pode ser oriunda do choque que o aluno tem entre a(s) língua(s) faladas fora da escola(dinâmicas) e a língua intransigente ensinada na sala de aula, pois ele chega à escola cheio de competência linguística, mas, apoiado pela gramatiquice e o normativismo, é mais cobrado em saber identificar uma oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida do infinitivo do que explorar todo esse potencial (BAGNO,2015, p.63).

Gráfico 12: Resultados da questão 12 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 100% dos meninos de escola pública, 91,7% das meninas de escola pública, 91% dos meninos de escola privada e 40% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação verdadeira. Os educadores divergiram, o da particular marcou falso e a da pública marcou verdadeiro.

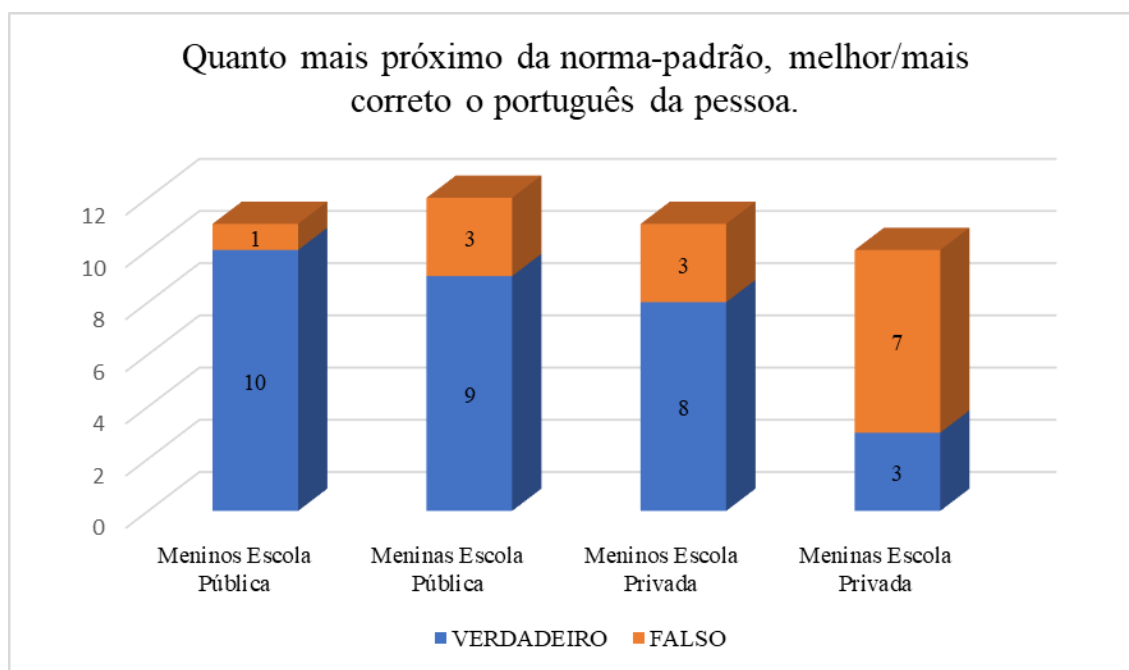
Até este momento, essa foi a questão mais crítica, pois, além do altos índices entre os alunos, dois terços na particular e 95,7% na pública, a professora da rede pública também corrobora com a afirmação.

Esta noção está aliada à perspectiva de que selecionar uma variedade necessariamente exclui outras e, consequentemente, exclui os cidadãos que se utilizam dessas outras variedades (BAGNO, 2007, p. 97). Portanto, esta questão subentende juízos

de valor e hierarquização de variedades (FARACO, 2008, p. 54), a partir do momento que para uma pessoa falar melhor, outra fala pior.

A discussão continuará na questão seguinte.

Gráfico 13: Resultados da questão 13 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 91% dos meninos de escola pública, 75% das meninas de escola pública, 72,8% dos meninos de escola privada e 30% das meninas de escola privada julgaram a afirmação verdadeira. Os professores discordaram novamente e o da particular marcou falso e da pública, verdadeiro.

Tanto nessa questão quanto na anterior, vemos a ligação entre a resposta dada pelos alunos e pela professora da rede pública de ensino (82,6% dos alunos responderam como a educadora). Já as meninas da escola particular seguiram o mesmo caminho do seu professor (7 de 10). A única dissociação foi a dos estudantes de sexo masculino da rede privada de educação, que compactuaram com os preconceitos acerca do melhor uso da língua.

Esta questão tem a mesma temática da anterior, a hierarquização de variedades, pois esta coloca a norma-padrão no topo. Além disso, a própria norma-padrão propaga sua superioridade por séculos, desde as primeiras gramáticas (BAGNO, 2007, p. 88). Em

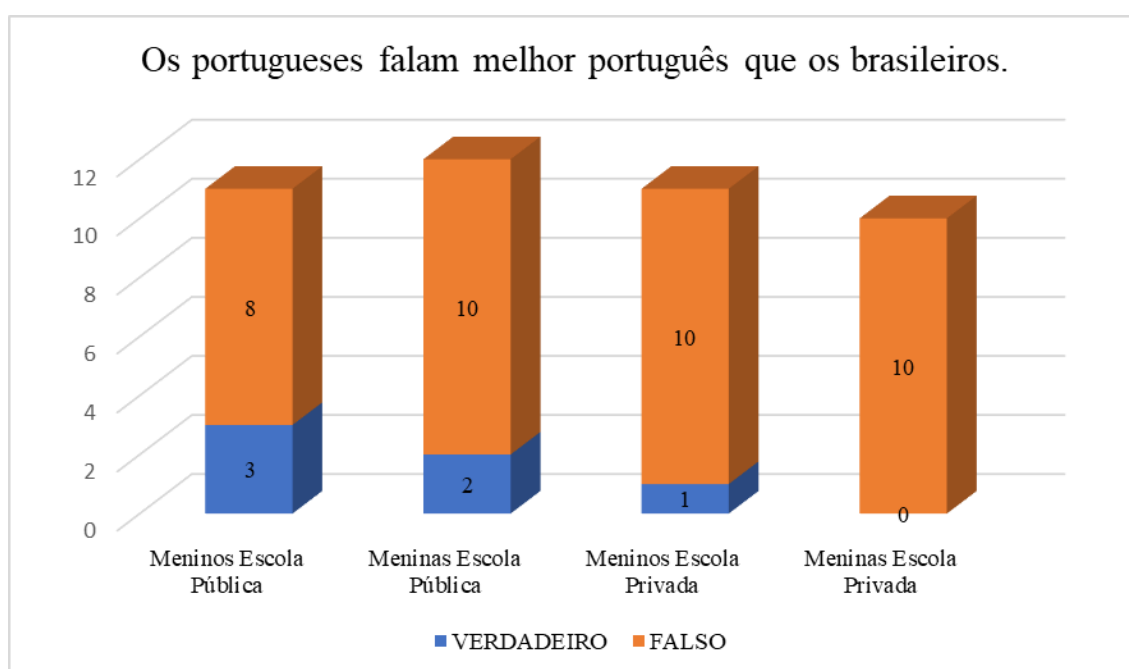
outras palavras, estes dados evidenciam uma cultura de desvalorização de variedades estigmatizadas e de valorização de uma “variedade” que nem variedade é, pois:

Para usar o termo “variedade”, “dialeto” ou “língua”, é necessário que exista um conjunto de pessoas que realmente falem essa variedade, esse dialeto, essa língua. Ora, ninguém fala, efetivamente, o padrão, nem mesmo as pessoas altamente escolarizadas em situações de interação verbal extremamente formais (BAGNO, 2007, p. 96).

Dessarte, a cultura da norma-padrão valoriza e coloca em um *status* algo que nem pode tê-lo, porque, para ser norma, variedade ou língua precisa de falantes ativos desta norma, variedade ou língua. Dessa forma, poucos se tornam detentores desta “norma”, que passa a ser uma espécie de código secreto (BAGNO, 2001, p.81) e manual de segregação utilizados por eles contra os falantes que vivem a realidade material da língua.

Por fim, o que mais despertou nossa atenção foi a resposta dada pela professora da escola pública ao seu questionário social. Lá, ela afirma ter doutorado na área de Letras. Embora saibamos que a área de Letras seja imensa e recubra uma grande variedade de estudos, podemos nos perguntar se uma longa trajetória acadêmica – até a finalização de um doutorado – não fornece subsídio mínimo para desmistificar uma das noções mais combatidas pela área: associação direta entre português bom/correto e norma-padrão.

Gráfico 14: Resultados da questão 14 do teste de crenças



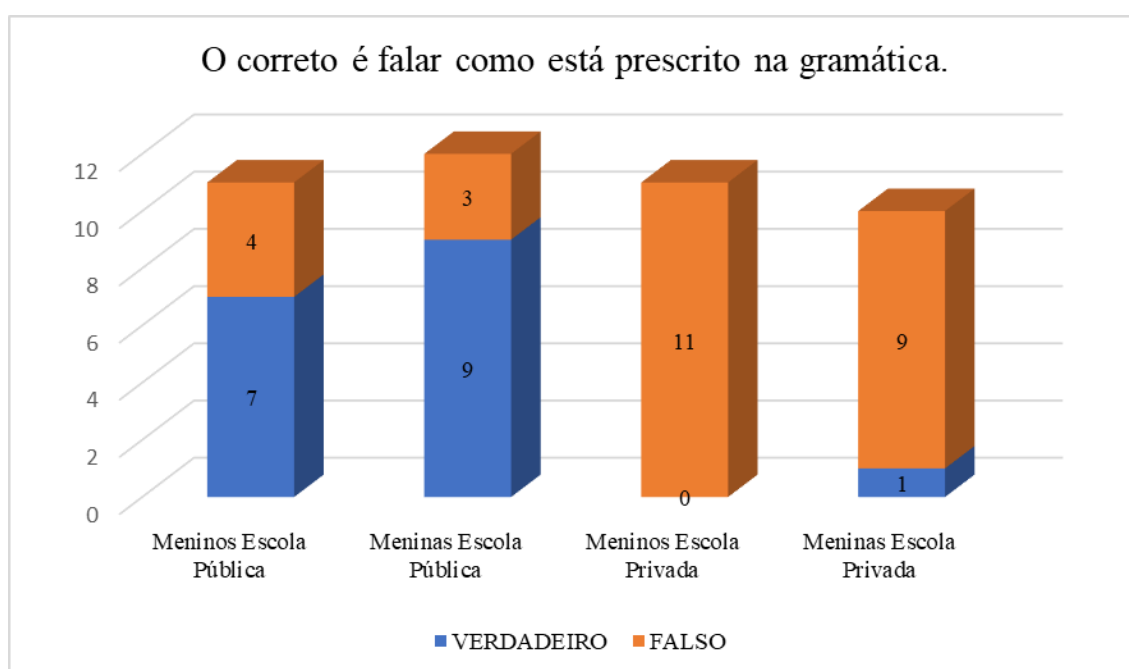
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 72,8% dos meninos de escola pública, 83,4% das meninas de escola pública, 91% dos meninos de escola privada e 100% das meninas de escola privada julgaram a afirmação falsa. Os docentes seguiram o caminho da maioria dos alunos e marcaram a afirmação como falsa.

Os resultados aqui obtidos trazem esperança para quem lê, porque evidenciam que os brasileiros, representados por estes estudantes e professores, estão cada vez mais se distanciando da ideia de que os portugueses falam melhor português que eles. Portanto, estas respostas expõem que o mito nº2: “Brasileiro não sabe falar português; Só em Portugal se fala bem português”, exposto por Bagno (2015, p. 37) está se desfazendo.

Esta desfeita pode ter sido motivada por diversos fatores, dentre eles, a maior relevância do Brasil na geopolítica mundial, ocupando muitas vezes os grupos das 10 maiores economias globais, ou um processo de (re)educação da história do nosso país a partir de um viés mais crítico acerca da relação abusiva que os portugueses mantiveram conosco durante o período colonial. Tais pontos são animadores e miram o início do processo de dissociação da língua portuguesa de Portugal, marcando um processo de apreensão da maior arma de segregação que o europeu tinha contra as colônias.

Gráfico 15: Resultados da questão 15 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

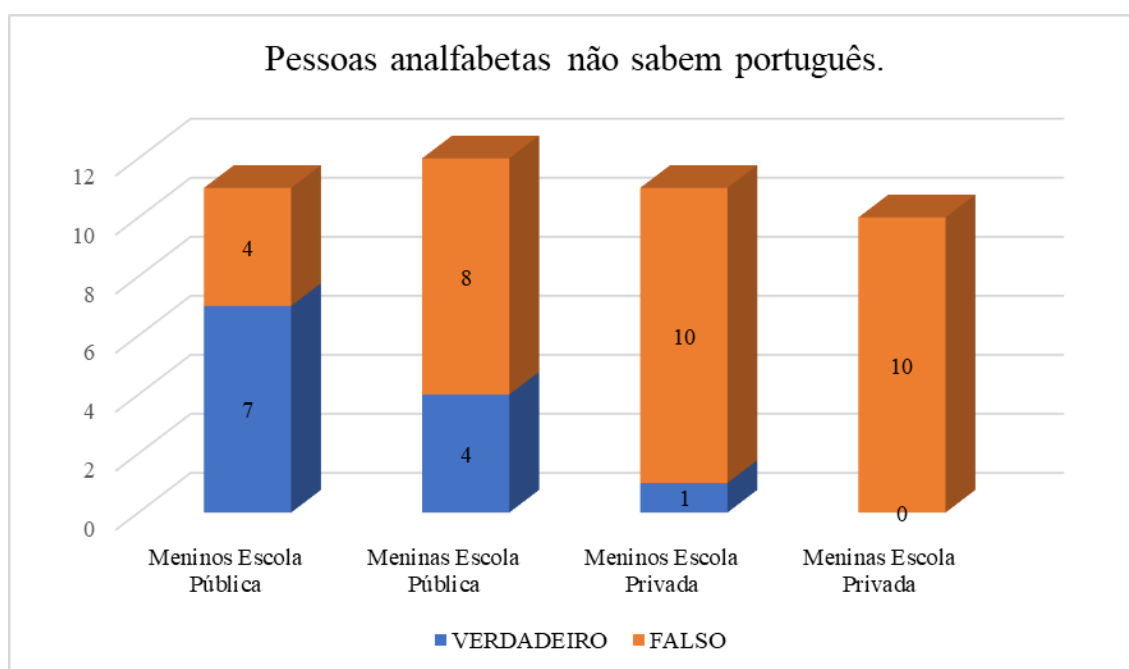
Nesta questão, 36,4% dos meninos de escola pública, 25% das meninas de escola pública, 100% dos meninos de escola privada e 90% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação falsa. Ambos os professores evidenciaram que a afirmação é falsa. Os estudantes da escola privada, quase unanimemente, seguiram as respostas dos professores, já os da pública foram no caminho oposto e boa parte deles (70%) marcou a questão como verdadeira.

Assim como nas questões 3 e 5, utilizamos do termo *gramática* para marcar a gramática normativa, já que ela é o único referencial usual para o termo no âmbito escolar.

Na visão de quase 70% dos estudantes de escola pública, a gramática prescritiva é um manual do bom falar. Com isso, vemos que, para esses alunos, a gramática ainda ocupa um lugar de referência, que deveria ser do texto, nas crenças deles.

Um questionamento interessante é a arbitrariedade que ocorreu com as crenças dos meninos de ensino privado acerca da norma-padrão/gramática normativa, pois acreditam que ela não é um modelo para falar correto, mas, na questão 13, afirmam que quanto mais próximo dela, melhor o português da pessoa. Portanto, há uma incongruência na resposta desses alunos, já que os dois questionamentos deveriam ter o mesmo resultado para que fizessem mais sentido, se não aparenta que não há racionalização acerca da língua ou especificamente nesta questão da língua.

Gráfico 16: Resultados da questão 16 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

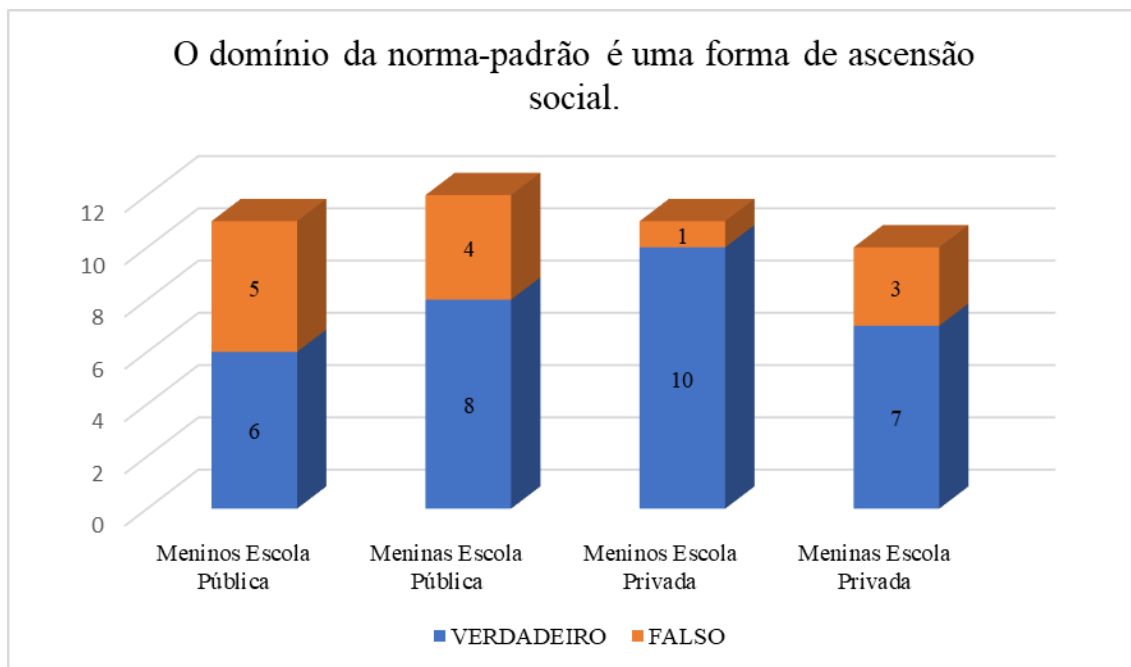
Nesta questão, 36,4% dos meninos de escola pública, 66,7% das meninas de escola pública, 91% dos meninos de escola privada e 100% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação falsa. Já os educadores julgaram, de forma unânime, a afirmação como falsa.

Outra questão bastante preocupante foi esta, principalmente pelo fato de que metade dos participantes do ensino público marcaram a alternativa verdadeira. Essa escolha evidencia o preconceito que eles têm contra uma parcela das pessoas que se enquadram em um nível socioeconômico próximo do deles.

Em defesa do fim dessa crença, Faraco (2008) afirma que “toda norma tem uma organização estrutural deixa sem fundamento empírico enunciados do senso comum em que se afirma, por exemplo, que os analfabetos ou os falantes de variedades do chamado português popular falam ‘sem gramática’” (FARACO, 2008, p. 36). Logo, além de a crença ser errada, ela propaga o preconceito linguístico contra os mais oprimidos, que é difundido por eles próprios.

Bagno (2013) segue a mesma linha de Faraco e assinala que “mesmo uma pessoa plenamente analfabeta dispõe de recursos linguísticos e de competência comunicativa para monitorar sua fala de acordo com o grau de maior ou menor formalidade que detecta nos eventos de interação verbal em que se engaja” (BAGNO, 2013, p.79). Consequentemente, como poderíamos julgar um analfabeto de não saber sua língua materna, se ele é capaz de não só usá-la, como também de adaptá-la aos mais diversos contextos comunicativos?

Gráfico 17: Resultados da questão 17 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 54,5% dos meninos de escola pública, 66,7% das meninas de escola pública, 91% dos meninos de escola privada e 70% das meninas de escola privada julgaram a afirmação verdadeira. A professora da rede pública respondeu como a maioria dos seus alunos e marcou a questão como verdadeira, já o da rede privada foi contra boa parte dos seus alunos e marcou falsa.

Em uma perspectiva histórica, os burgueses em sua ascensão poderiam comprar educação, títulos, poder, mas para os nobres eles nunca teriam o *glamour* que o *sangue azul* tinha.

O domínio da norma-padrão pode, sim, ocasionar uma ascensão social, porém pode ser que a aceitação social, ou melhor, a avaliação social da elite não seja favorável a isso. Por isso, durante o início dos anos 2000, quando houve um aumento do poder de compra da classe trabalhadora, assim como um avanço na política educacional brasileira, as classes mais baixas puderam ocupar lugares que jamais ocupariam se não fosse como funcionários (ex.: aeroportos), algo que não foi bem visto pela elite que não suportou essa “afronta” dos seus inferiores.

Bagno (2015, p. 105) afirma que “se o domínio da norma-padrão fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo?”. Logo, esta crença cai na mesma ladainha liberal da meritocracia de que qualquer um pode enriquecer se tiver

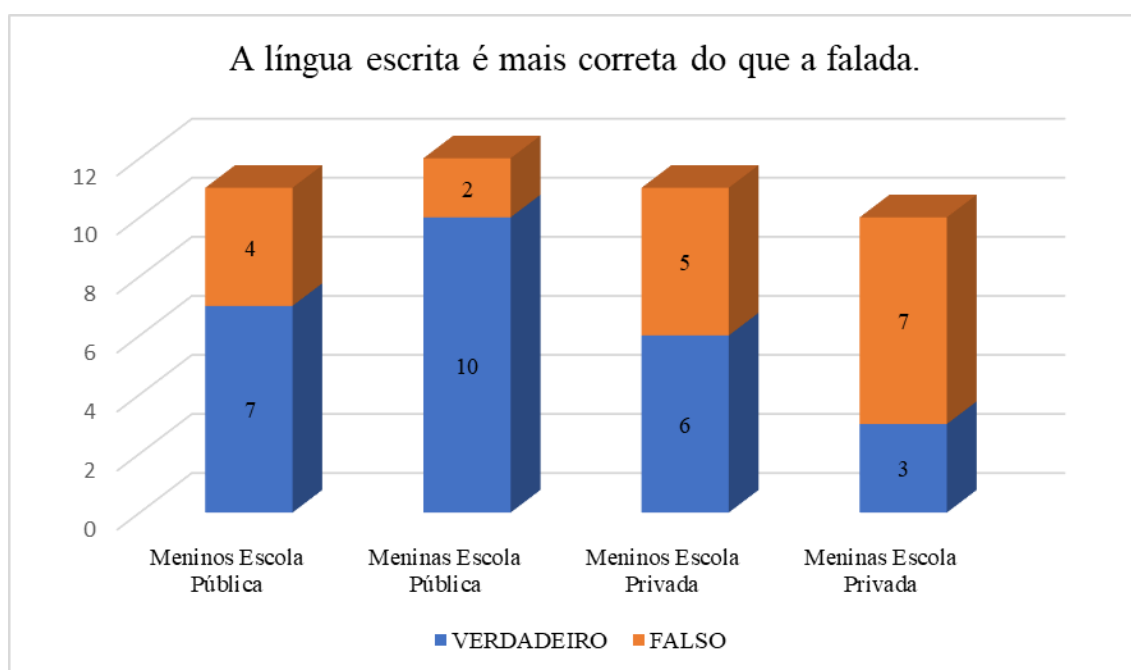
muita força de vontade e dedicação. Se fosse dessa forma, o professor seria riquíssimo e respeitado por todos, o que sabemos estar bem longe de ser verdadeiro.

A próxima subseção contém a penúltima parte da análise de dados deste trabalho, cuja preocupação central é discutir crenças relativas à variação diamésica, ou seja, à variação entre as modalidades oral e escrita da língua.

4.3 Crenças relacionadas à língua escrita e à língua falada

A terceira parte da análise de dados comporta as questões que foram alocadas na área de língua escrita e língua falada, sendo elas as questões 18 a 22 do anexo 2.

Gráfico 18: Resultados da questão 18 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

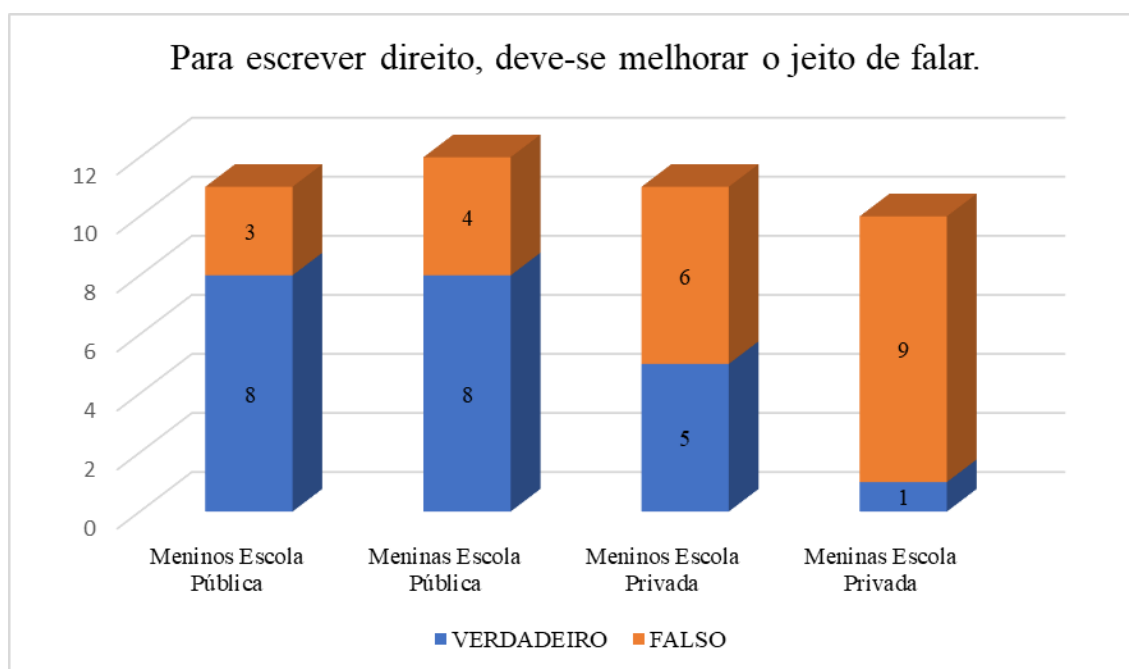
Nesta questão, 63,7% dos meninos de escola pública, 83,4% das meninas de escola pública, 54,6% dos meninos de escola privada e 30% das meninas de escola privada julgaram a afirmação verdadeira. Ambos os professores marcaram falso no questionário.

Os meninos dos dois grupos ficaram mais próximos de meio a meio, porém as meninas seguiram caminhos opostos, as da particular marcaram quase todas falso e as da pública marcaram quase todas verdadeiro. O que poderia explicar essa disparidade entre as meninas seria um aspecto individual delas, já que as meninas de escola particular

mostrarão nas duas questões seguintes que elas têm a visão mais progressista entre todos os envolvidos no tocante da língua escrita e da falada.

De forma generalizada, tratar a afirmação como verdadeira expõe crenças como “a fala é o lugar do erro” e “o letramento se dá apenas em gêneros escritos.” Além disso, há também a noção de que os gêneros escritos são dotados de mais formalidade e os orais de menor formalidade, porém isto é uma análise errônea acerca deles, pois, por exemplo, uma defesa de TCC tem um rigor muito maior que um bilhete colocado na geladeira. Os mitos sobre oralidade e escrita estão entre os mais central no ensino de língua materna, e evidenciam muitos pensamentos equivocados sobre essas duas modalidades, gerando, assim, uma série de distorções sobre o Português e seus falantes.

Gráfico 19: Resultados da questão 19 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 27,4% dos meninos de escola pública, 33,4% das meninas de escola pública, 54,5% dos meninos de escola privada e 90% das meninas de escola privada julgaram a afirmação falsa. Ambos os professores consideraram a afirmação falsa.

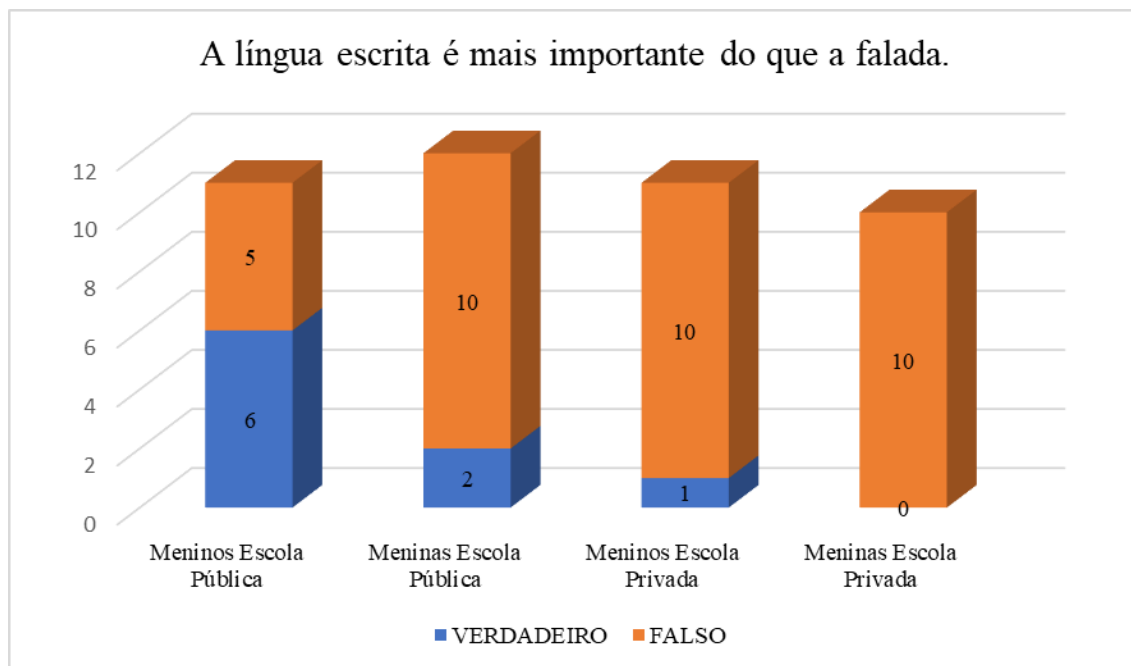
Os estudantes de escola pública foram, em sua maioria, favoráveis à afirmação, enquanto a maioria da particular foi contra. Assim, aparentemente, para boa parte dos jovens da escola pública, deve-se desenvolver a linguagem oral para que possa

desenvolver a escrita, já para a maioria da rede privada a escrita não depende, necessariamente, do desenvolvimento da fala. Justificando essa importância maior dada à escrita pelos estudantes da rede pública temos, em Marcuschi (1998):

De certo modo, há uma diferença não desprezível entre as crianças da classe média e das camadas populares na relação com a escrita. A classe média se acha mais orientada para o uso continuado e sistemático da escrita, iniciado já na pré-escola e sustentado pelas práticas domésticas no uso de todo tipo de material impresso, até mesmo nas historinhas na hora de dormir ou em brincadeiras e horas de lazer durante o dia. Já nas camadas populares, a orientação para a escrita inicia formalmente mais tarde com a escolarização, e não tem a mesma continuidade no restante das atividades familiares (MARCUSCHI, 1998, p.5).

Portanto, o contato tardio e por períodos restritos dos indivíduos de classes sociais mais estigmatizadas com a modalidade escrita faz com que eles possam ter uma visão de que aquela nova língua que eles só veem na escola é molde para adaptação da fala, já que você só escreveria melhor se falasse da mesma forma que escrita mais monitorada ocorre. Assim como a questão anterior, este desprestígio pode ser motivado pela noção de que a escrita é composta apenas por gêneros altamente monitorados e formais.

Gráfico 20: Resultados da questão 20 do teste de crenças



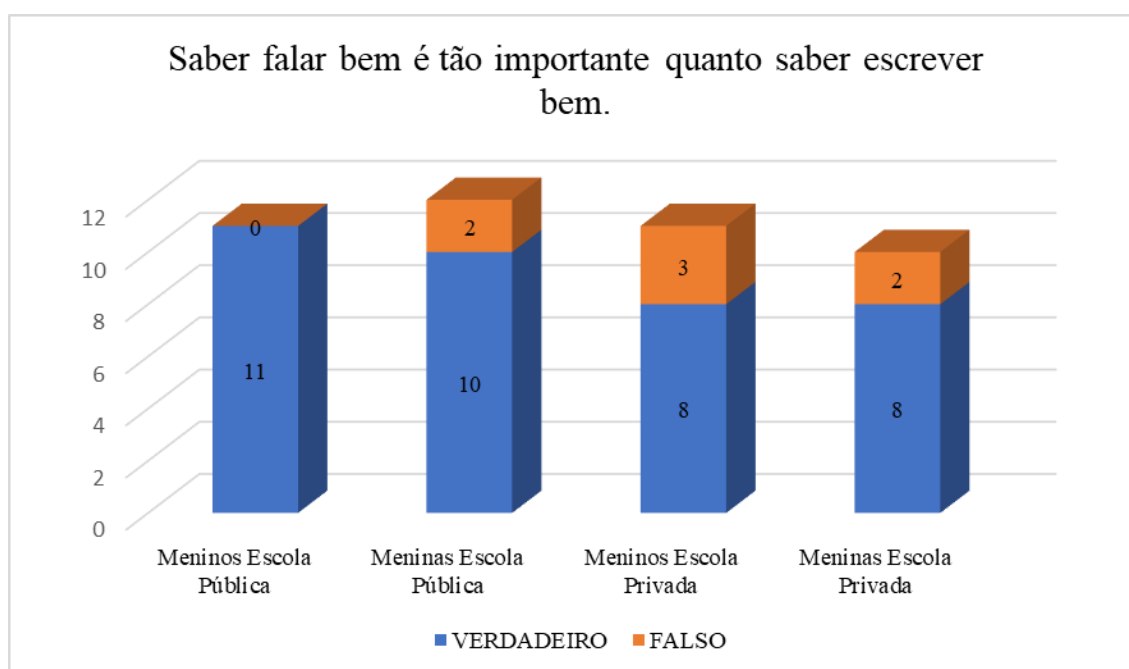
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 45,5% dos meninos de escola pública, 83,4% das meninas de escola pública, 91% dos meninos de escola privada e 100% das meninas de escola privada

julgaram a afirmação falsa. Assim como a maioria dos estudantes participantes, seus professores afirmaram que a questão era falsa.

Os únicos grupos que mantiveram a coerência dessa questão em relação às anteriores foram os meninos do ensino público e as meninas de ensino privado, pois a maioria delas evidenciaram um desprendimento da valorização da escrita em detrimento da oralidade, já eles foram fiéis à noção contrária de que a escrita está acima da fala. Acreditamos que o que foi escrito por Marcuschi (1998) e colocado na questão anterior pode justificar a manutenção dessas crenças.

Gráfico 21: Resultados da questão 21 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

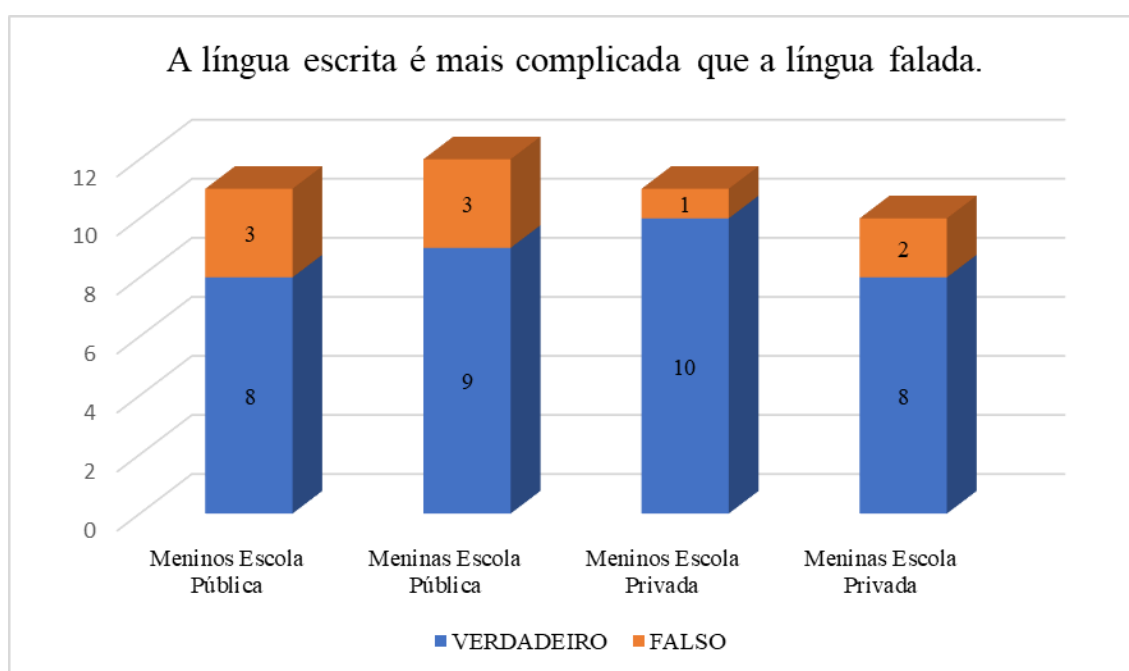
Nesta questão, 100% dos meninos de escola pública, 83,4% das meninas de escola pública, 72,8% dos meninos de escola privada e 80% das meninas de escola privada julgaram a afirmação verdadeira. Os professores responderam verdadeiro, como uma porcentagem alta dos seus alunos.

Todos os grupos de alunos, com exceção das meninas da rede privada de ensino, apresentaram uma valorização de ambas as modalidades, mas, se analisarmos esses resultados conectados com as outras questões desse bloco, vemos que há a possibilidade de que o falar bem seja associado ao escrever bem, pois, assim como nas questões 18 e

19, a escrita é vista com maior prestígio e que apenas melhorando a fala (aproximando-a da escrita) se é possível otimizar a escrita.

Vale salientar também que o advérbio “bem” possibilita uma análise dupla da questão a partir das questões anteriores, porque, com base nas respostas dadas para as questões passadas desse bloco, é possível identificar o sentido que esse bem pode ter, surfando em um limiar de a escrita possibilitar uma fala melhor, já que ela é superior; e precisamos desenvolver a fala e a escrita (por meio da apreensão dos mais diversos textos possíveis), pois elas são duas modalidades da língua não dicotômicas.

Gráfico 22: Resultados da questão 22 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 72,8% dos meninos de escola pública, 75% das meninas de escola pública, 91% dos meninos de escola privada e 80% das meninas de escola privada julgaram a afirmação verdadeira. A professora da rede pública seguiu a maioria dos seus alunos e marcou a questão como verdadeira, já o da rede privada marcou falso e foi contra a maioria dos seus alunos.

Acreditamos que quase todos os estudantes colocaram a língua escrita como mais complicada que a falada, porque boa parte do contato com a língua escrita se dá por meio do ensino formal; por outro lado, o desenvolvimento da língua falada começa no âmbito familiar e em situações menos monitoradas.

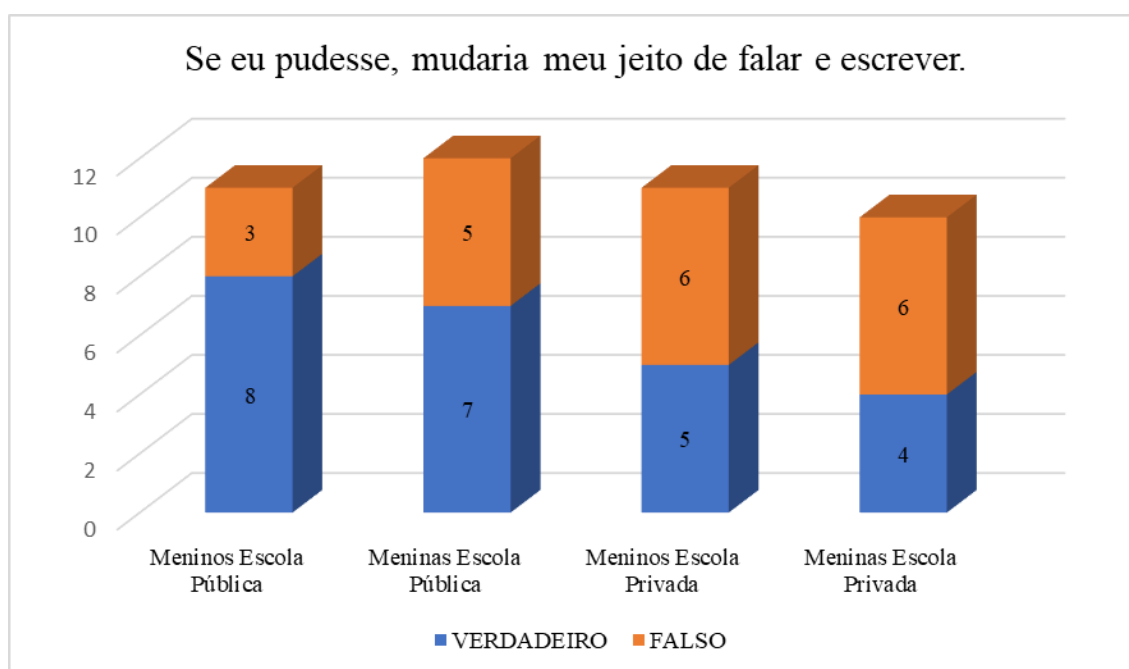
Essa resposta ainda nos revela que português estaria sendo levado às salas de aula, uma vez que as repostas anteriores sinalizaram uma língua difícil. Língua difícil, escrita difícil – o que nos leva a supor a supremacia e a centralidade da modalidade escrita em detrimento da oral nas aulas de língua materna.

Vale salientar que tanto uma quanto a outra têm situações nos mais diversos níveis de monitoramento. Com isso, ambas as línguas ocupam a posição de igualdade, pois ambas têm utilidades únicas na sociedade.

4.4 Crenças relacionadas à variedade do aluno

A quarta e última parte da análise de dados comporta as questões que se relacionam com as crenças do aluno acerca da sua variedade, sendo elas as questões 23 a 26 do anexo 2.

Gráfico 23: Resultados da questão 23 do teste de crenças

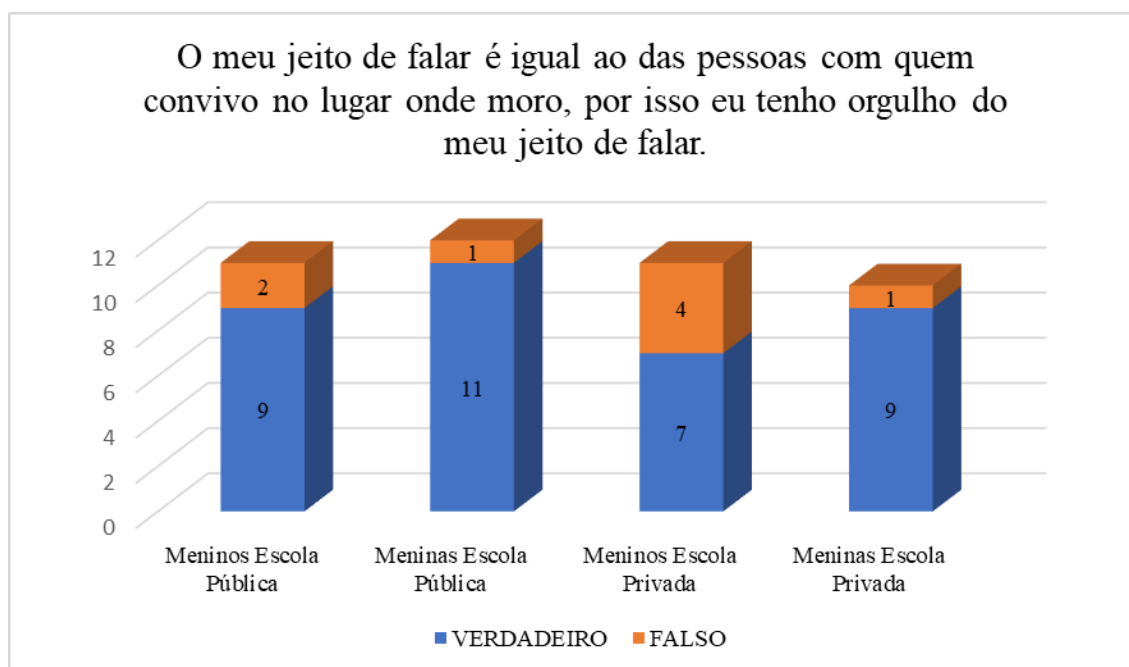


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 72,8% dos meninos de escola pública, 58,4% das meninas de escola pública, 45,5% dos meninos de escola privada e 40% das meninas de escola privada julgaram a afirmação verdadeira. Ambos os professores foram contra esta afirmação.

Excluindo o grupo dos meninos de escola pública, o restante dos educandos ficou dividido em um limbo de 40% a 60% de aprovação da questão. É possível que mais estudantes de escola pública tenham respondido verdadeiro para esta crença do que os de escola particular, porque, ao fazerem parte de variedades estigmatizadas ou menos prestigiadas, eles são tratados como inferiores que não sabem utilizar a língua.

Gráfico 24: Resultados da questão 24 do teste de crenças



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

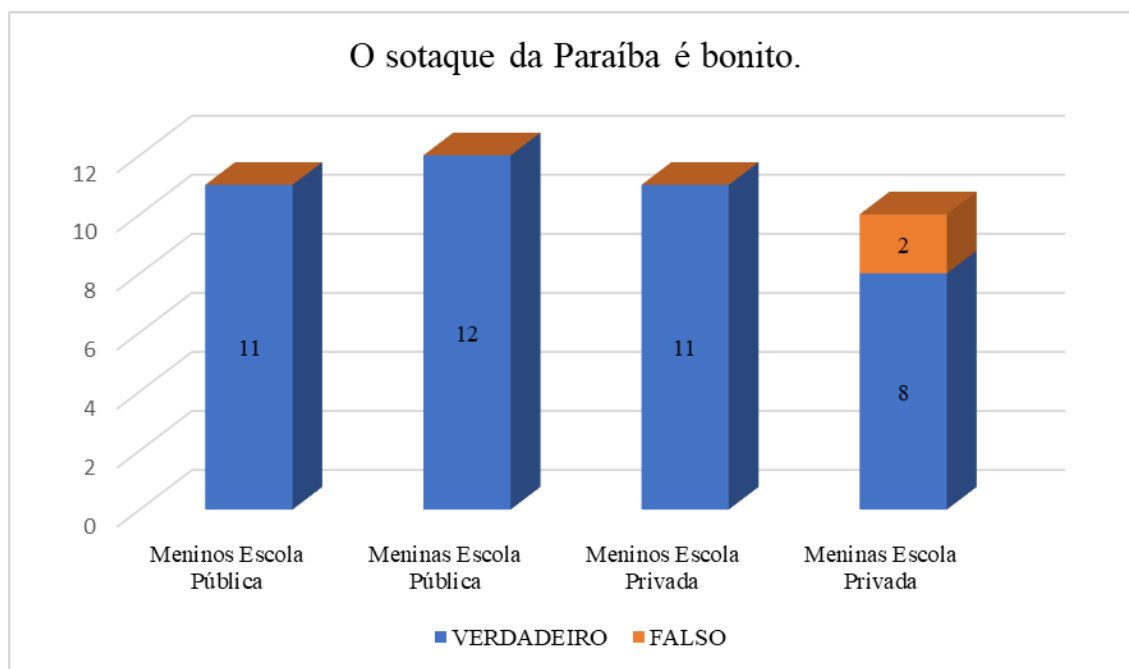
Nesta questão, 81,9% dos meninos de escola pública, 91,7% das meninas de escola pública, 63,7% dos meninos de escola privada e 90% das meninas de escola privada julgaram a afirmação verdadeira. A professora da escola pública, assim como parte seus alunos, marcou verdadeiro neste quesito, já o professor da rede privada, diferentemente da maioria dos seus estudantes, marcou falso.

Contraditoriamente à questão anterior, muitos que foram a favor da questão 23, foram a favor da 24, o que é certamente estranho, já que não faria sentido você mudar seu jeito de falar e sentir orgulho de estar inserido em um grupo que utiliza exatamente o que você quer mudar.

Portanto, analisamos e concluímos que a questão anterior estava muito mais ligada a aceitação da sociedade com a variedade do aluno e o estigma carregado por ele; já na

segunda, o domínio social familiar do jovem possibilita um empoderamento linguístico, pois ele está entre os seus iguais, minimizando o estigma que o assola fora do seu núcleo.

Gráfico 25: Resultados da questão 25 do teste de crenças

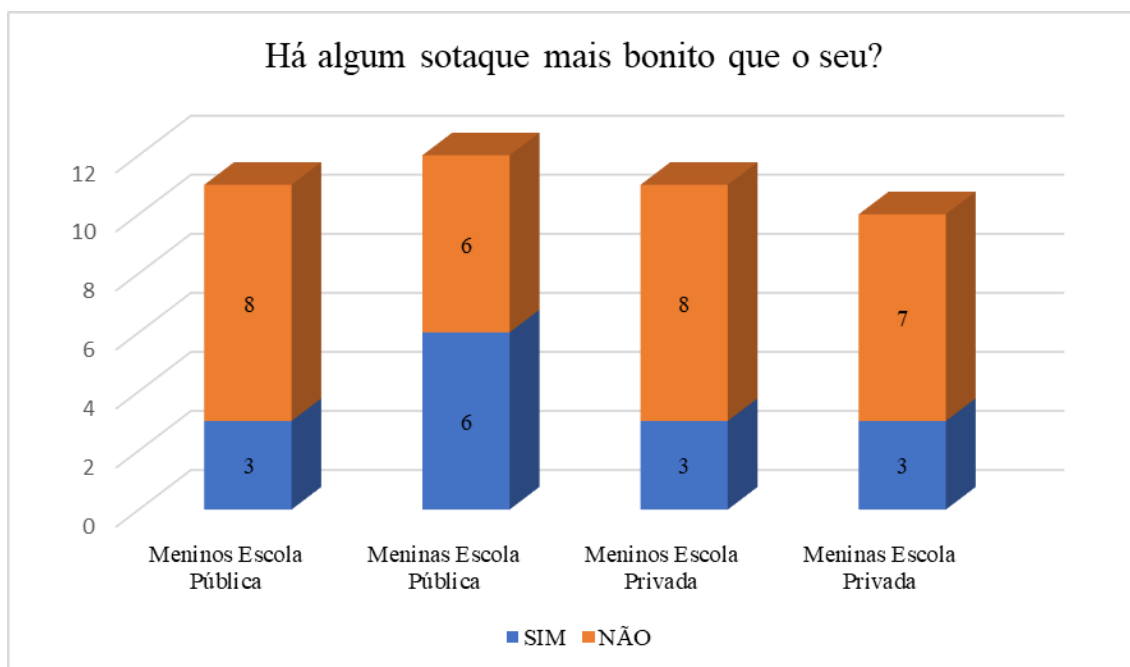


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 100% dos meninos de escola pública, 100% das meninas de escola pública, 100% dos meninos de escola privada e 80% das meninas de escola privada julgaram essa afirmação verdadeira. Os professores, assim como a maioria, colocaram verdadeiro nesse quesito. Apenas duas alunas da rede privada de ensino foram contra. Nesta questão, fica clara a valorização da cultura estadual, aliada ao sentimento de pertencimento ao grupo, o que se associa, em alguma medida, às respostas ao item anterior.

Outra pesquisa realizada também no território paraibano, no município de São José de Piranhas, evidencia essa valorização das variedades locais. Lacerda, Cavalcante e Lucena (2020) evidenciam com seus dados que as pessoas mais novas têm a tendência de ter uma atitude mais positiva à sua própria variedade, assim como os indivíduos com maior escolaridade.

Portanto, os estudantes (pessoas jovens) e os professores (alto grau de instrução) dessa pesquisa corroboram com os resultados encontrados pelos autores.

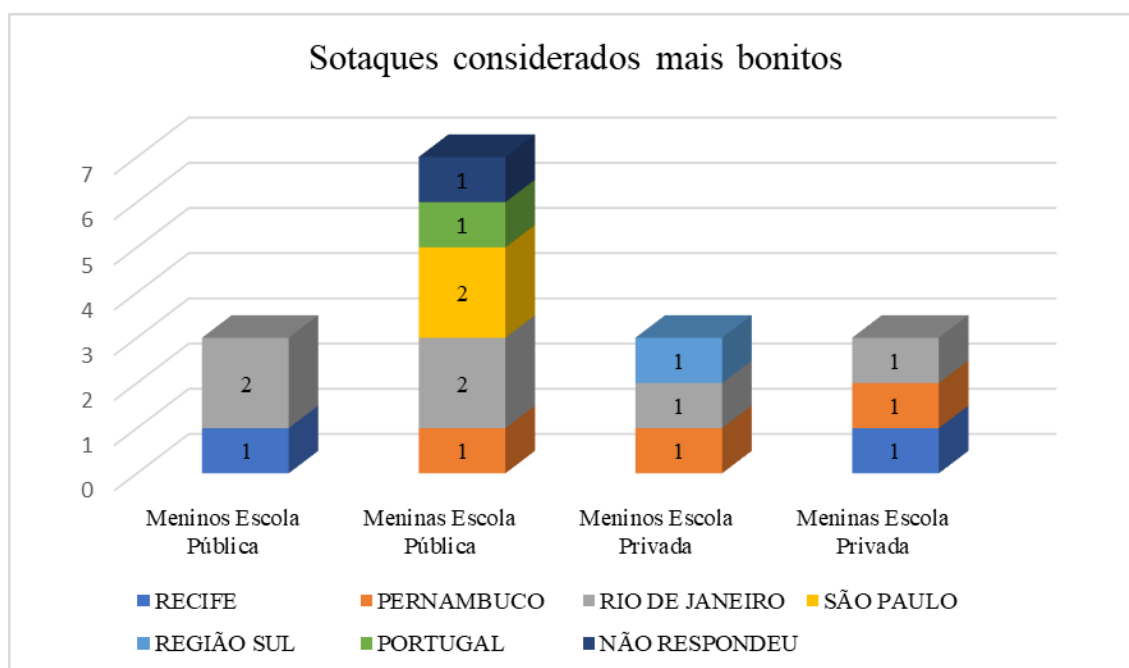
Gráfico 26: Resultados da questão 26 do teste de crenças

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 72,7% dos meninos de escola pública, 50% das meninas de escola pública, 72,7% dos meninos de escola privada e 70% das meninas de escola privada julgaram a afirmação falsa. Os docentes marcaram, unanimemente, falso neste quesito.

Portanto, a maioria dos estudantes e todos os professores corroboram com a resposta dada na questão anterior e valorizaram ainda mais o grupo e sua cultura. Por outro lado, as meninas da escola pública tiveram números meio a meio e na questão seguinte será destrinchada essa polaridade.

Gráfico 27: Respostas referentes à questão anterior para quem respondeu “sim”



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta questão, 16,6% das meninas de escola pública não responderam, 33,3% responderam São Paulo, 33,3% responderam Rio de Janeiro e 16,6% responderam Pernambuco. Quanto aos meninos de escola pública, 66% responderam Rio de Janeiro e 33% responderam Recife.

33,3% das meninas de escola privada responderam Recife, 33,3% responderam Pernambuco, 33,3% responderam Rio de Janeiro, enquanto isso, 33,3% dos meninos de escola privada responderam região Sul, 33,3% responderam Pernambuco e 33,3% responderam Rio de Janeiro.

Aos que colocaram sotaques oriundos do eixo sul-sudeste, a escolha pode ter sido feita por esses sotaques terem maior prestígio social que o nordestino/paraibano.

Já as pessoas que colocaram Recife, pode ter sido pela ascensão da cultura recifense/pernambucana, por meio do gênero musical *brega funk*, pelo crescimento no número de influenciadores digitais desta cidade e Estado, ou pela proximidade com a Paraíba, que possibilita o contato com pessoas pernambucanas e recifenses, aumentando o apreço que a pessoa tem por elas. Por último, a escolha de Portugal, pode ter sido motivada pela antiga e perniciosa “síndrome de vira-lata”.

Por fim, as considerações finais obtidas nesta pesquisa serão evidenciadas na próxima parte do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizamos um percurso para obter as crenças dos estudantes concluintes do Ensino Médio e de seus professores de língua materna acerca da língua portuguesa. Para isso, selecionamos diversos autores que já trabalharam com as temáticas da pesquisa e a partir deles elaboramos um teste de crenças para evidenciar as crenças dos participantes.

No primeiro capítulo, foram introduzidos conceitos norteadores da pesquisa, como o conceito de crenças e atitudes (LAMBERT; LAMBERT, 1966), avaliação linguística, preconceito linguístico, norma (FARACO, 2008), além de traçadas perspectivas para uma educação mais acolhedora e ancorada na Sociolinguística. Na primeira parte do capítulo, esclarecemos que as crenças e atitudes são conceitos retirados da Psicologia Social e que dialogam diretamente com a avaliação linguística e a Sociolinguística. Na segunda parte, direcionamos nosso foco a falar sobre o preconceito linguístico, norma linguística, norma-padrão e norma curta, além de explicar o processo de desenvolvimento das normas (padrão e curta) que possibilitaram ainda mais a propagação do preconceito linguístico. Na última seção do capítulo, traçamos um caminho para que a escola pudesse se tornar um local mais acolhedor para todas as variedades, como também para todos os usuários destas variedades, disponibilizando o máximo de recursos possíveis para que os estudantes possam desenvolver suas capacidades comunicativas e linguísticas.

No segundo capítulo, mostramos os processos metodológicos que guiaram nossa pesquisa. Na primeira seção, tratamos da seleção dos grupos e das escolas que queríamos trabalhar, selecionamos uma turma de terceiro ano de um colégio público e outra turma do mesmo ano de um colégio particular, assim como os professores de português dessas turmas.

Na segunda seção, decidimos trabalhar a construção dos nossos instrumentos de trabalho, sendo eles um questionário acerca de questões de formação do professor e um teste de crenças para descobrir se há relação entre as crenças dos professores e dos alunos.

Na terceira seção, tratamos da aplicação destes instrumentos de pesquisa e de todo processo burocrático para chegar no dia da aplicação.

Na quarta seção, evidenciamos como foi feita a tabulação dos dados, por meio do *Microsoft Excel* e planilhas do *Microsoft Word*, além da definição das categorias utilizadas na análise de dados.

No terceiro capítulo da pesquisa, foi realizada a análise de dados a partir do que fora tabulado. As seções foram divididas em 4, sendo elas: crenças relacionadas à escola e ao ensino; crenças relacionadas à língua portuguesa e à norma; crenças relacionadas à língua escrita e à língua falada e crenças relacionadas à variedade do aluno.

Na primeira seção, foram alocadas as questões 1 a 8 do anexo 2 que tinham o objetivo de mostrar como os estudantes viam a escola e o ensino, e se essa visão corrobora com a dos professores. Nas questões 3, 4, 6, 7 e 8, a maioria dos estudantes do colégio particular responderam igual ao professor, já na escola pública, a maioria dos estudantes meninos responderam igual a professora nas questões 4, 5, 7 e 8 e a maioria das meninas nas questões 2, 4, 5, 6, 7 e 8.

O que pode ser tirado desses dados é que todos os alunos têm a crença de que a escola tinha a figura de ensinar ortografia e corrigir os desvios do aluno. As maiores dissidentes desse bloco foram as meninas de escola particular, que exprimiram menos estigmas contra a figura da escola e da função da aula de língua materna. Exemplificando essa dissidência, a união das questões 4, 7 e 8 que simboliza visão da escola como local de desenvolvimento linguístico.

Na segunda seção, foram alocadas as questões 9 a 17 do questionário 2, que tinham o objetivo de evidenciar como os estudantes viam a língua portuguesa e a norma, e se as respostas combinavam com a dos seus respectivos professores. A maior parte das meninas do colégio particular responderam de forma semelhante ao seu professor nas questões 9, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, e a maior parte dos meninos nas questões 9, 11, 14, 15 e 16. Na escola pública, a maioria das meninas respondeu de forma semelhante às da sua professora nas questões 9, 11, 12, 13, 14, 16 e 17 e a maioria dos meninos nas questões 9, 11, 12, 13, 14 e 17.

A partir disso, analisamos que os estudantes foram bastante regulares nesse bloco, porém algumas questões chamaram nossa atenção. A questão 12 foi bastante preocupante, pois não só a maioria dos alunos esteve de acordo, como também a professora da rede pública. A ideia de que existem brasileiros que usam a língua de melhor forma que outros é bastante problemática, porque a partir dela pode-se embasar toda uma rede de estigmas contra pessoas de variedades marginalizadas.

Aliado a isso, temos as questões 15 e 16 que foram bastante aprovadas pelos estudantes de escola pública, o que evidencia que esse preconceito de melhor falante prosperou, já que eles afirmaram categoricamente que a gramática pode ser levada como manual de fala e que analfabetos não sabem português.

O que piora essa situação é o fato de que estes jovens fazem parte de grupos estigmatizados e ainda propagam estes estigmas, pelo fato de que ele foi introjetado nestes estudantes a todo momento.

Na terceira seção, foram alocadas as questões 18 a 22 do anexo 2 que tinham o objetivo de evidenciar como os estudantes viam a língua escrita e a língua falada, e se as respostas condizem com a dos seus respectivos professores. A maior parte das meninas do colégio particular responderam de forma semelhante ao seu professor nas questões 18, 19, 20 e 21, já a maioria dos meninos nas questões 19, 20 e 21. Na escola pública, a maior parte das meninas respondeu de forma igual à sua professora nas questões 20, 21 e 22, e a maioria dos meninos nas questões 21 e 22.

Neste bloco, o prestígio da língua escrita em detrimento da língua falada foi bem mais forte entre os estudantes de escola pública, principalmente os meninos, com base nas respostas das 3 primeiras questões do bloco. Fica evidente a necessidade de se ensinar a escrita e a fala como partes iguais da mesma moeda e não como opostos

Na quarta seção, foram alocadas as questões 23 a 26 do questionário 2, que tinham o objetivo de mostrar como os estudantes viam as suas próprias variedades e se as respostas condizem com as dos seus respectivos educadores. A maior parte dos estudantes do colégio particular responderam de forma semelhante ao seu professor nas questões 23, 25 e 26. Já na escola pública, a maior parte das meninas respondeu de forma igual à sua professora nas questões 24 e 25, e a maioria dos meninos nas questões 24, 25 e 26.

O que mais nos trouxe surpresa nestes resultados foi o fato de que alguns alunos, mesmo afirmando que o sotaque paraibano é bonito e que eles têm orgulho de falar como as pessoas do seu ciclo social falam, eles ainda acreditam que existe algum sotaque mais bonito que o deles.

Além destes resultados, ficaram visíveis diversas marcas de preconceito linguístico nas respostas dos alunos, principalmente, nos meninos de escola pública. Dentre os professores, a de escola pública evidenciou mais crenças consideradas negativas em todas as seções analisadas, o que corresponde aos percentuais gerais mais negativos de seus alunos.

Parece haver, então, no geral, a transferência de crenças dos professores a seus alunos, a maioria dos alunos expressou crença similar à do professor em 18 de 26 questões na escola particular e 20 de 26. Os números são bastante similares, logo no quesito fidelidade às crenças do professor, ambos os grupos obtiveram, respectivamente, 69,2% e 76,9%. Com isso, vemos que os professores realmente influenciam seus alunos, restando o objetivo de sanar os preconceitos e estigmas que a sociedade brasileira carrega acerca da língua.

Por outro lado, no quesito sexo ligado à escolaridade, vemos que as meninas de ambos as redes de ensino foram mais na direção do professor, seguindo a crença do professor. Os números são os seguintes: meninas de escola particular (19 de 26), meninas de escola pública (18 de 26), meninos de escola particular (16 de 26), meninos de escola pública (15 de 26). A partir disso, vemos que os dados apenas por instituição de ensino podem mascarar o fato de que os meninos desviam com mais frequência das crenças do professor. A influência do professor ainda é alta, mas ela penetra muito mais na mentalidade das garotas que na dos garotos.

Desse fato, verificamos a necessidade de uma formação mais adequada dos professores, para alcançar mais os alunos do sexo masculino e para que uma educação sociolinguística de fato emancipatória seja estabelecida em nossas escolas. Sobre a variável social sexo, importa fazermos a ressalva sobre a relevância desse fator condicionante na pesquisa. Na literatura sociolinguística (TARALLO, 1999), sexo é uma das variáveis sociais tidas como clássicas na análise variacionista, ao lado de idade e escolaridade, muito embora, em grande parte dos trabalhos, a variável sexo isoladamente não é capaz de fornecer respostas esclarecedoras ao problema pesquisado, sendo fundamental relacioná-la a outros fatores condicionantes, num procedimento chamado cruzamento de fatores. Para nosso trabalho, idade e escolaridade não seriam condicionadores adequados, já que todos os participantes têm idade semelhante ou muito próxima, assim como escolaridade – todos estão concluindo o Ensino Médio. Dessa forma, para atendermos aos requisitos da pesquisa sociolinguística, que opera na interdependência de fatores linguísticos e sociais, selecionamos como condicionadores o sexo e a classe social, por meio da distinção entre alunos de escola pública e escola particular.

Os resultados evidenciaram que a variável sexo, sozinha, nem sempre é capaz de trazer respostas muito claras sobre certo fenômeno sociolinguístico, sendo necessário buscar entender os resultados através do cruzamento de fatores. No nosso caso, houve

resultados interessantes nas respostas de meninos e meninas quando analisadas em relação à classe social, conforme apontamos no capítulo três.

Para melhor aprofundar a temática de crenças e atitudes, seria proveitosa a produção de mais trabalhos voltados para a parte de atitudes, já que pela natureza do questionário (perguntas de verdadeiro ou falso), a coleta das atitudes fica mais complicada, pois não há uma dissertação maior acerca de cada uma das questões por parte dos participantes.

Para concluir, após todo o processo de pesquisa, de análise e de escrita do texto, traçamos como um objetivo para o futuro o ensino fundamentado na Sociolinguística em uma gramática reflexiva, com o intuito de frear paulatinamente as crenças negativas contra as variedades estigmatizadas da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. Parábola, 2013.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia. **Veredas**, v. 5, p. 71-83, 2001.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CYRANKA, L. F. de M. *Atitudes linguísticas de estudantes de escolas públicas de Juiz de Fora - MG*. 2007. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos. – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GHESSI, Rafaela Regina; BERLINCK, Rosane Andrade. Avaliação, atitudes, crenças linguísticas e o ensino de língua portuguesa: uma reflexão a partir de testes com professores de ensino médio. **Revista EntreLinguas**, p. 108-122, 2020.
- LACERDA, Willian; CAVALCANTE, Daiane; LUCENA, Rubens. Crenças e atitudes linguísticas da comunidade de fala piranhense à luz da Sociolinguística Variacionista. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 14, n. 27, p. 439-457, 2020.
- LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W.E. **Psicologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A língua falada e o ensino de português. In: **6º Congresso de Língua**. 1998.
- MARCUSCHI; Luiz Antônio; DIONÍSIO, Ângela. **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MORAIS, Mario Ribeiro; ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Crenças e atitudes linguísticas como ferramentas de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa.** Revista Philologus, v. 20, p. 938-955, 2014.

OUSHIRO, Livia. Avaliações e percepções sociolinguísticas. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 50, n. 1, p. 318-336, 2021.

PINTO, Consuelo Domenici Mozzer; CYRANKA, Lucia Furtado de Mendonça. **Aportes sociolinguísticos à prática do professor** – implicações na sala de aula. Cadernos do CNLF, Vol. XIV, Nº2, t. 1-2011.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo: Ática, 1999.

ANEXOS

ANEXO 1 - Dados pessoais dos professores (Questionário 1)

DADOS PESSOAIS (Apenas para fins estatísticos)

1. Sexo:

☐ Feminino

☐ Masculino

2. Local de trabalho:

☐ Escola Pública

☐ Escola particular

3. Curso de habilitação profissional:

☐ Curso de Letras completo

☐ Curso de Letras incompleto

☐ Pós-graduação (Mestrado, Doutorado)

☐ Pós-graduação (especialização)

4. Se foi feita pós-graduação, em que área foi?

☐ Educação

☐ Letras

☐ Outra: _____

5. Tempo de formado

☐ recém-formado

☐ entre 1 e 5 anos

☐ mais de 5 anos

6. Há quanto tempo leciona: ____ anos

7. Na sua formação, o estudo de Sociolinguística pode ser considerado:

☐ excelente ☐ bom

☐ razoável ☐ fraco

☐ não fiz estudos de Sociolinguística

8. Características sociais dos alunos na escola onde você trabalha:

☐ predominantemente de classe média

☐ predominantemente de classe socioeconômica baixa

☐ um misto de classe socioeconômica média e baixa

ANEXO 2 - Teste de crenças (Questionário 2)

DADOS PESSOAIS	V	F
Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐ Idade: _____ anos		
Instituição de ensino: Escola pública ☐ Escola particular ☐		
_____ Você encontra, abaixo, algumas afirmações sobre a língua portuguesa.		

Diga se cada uma delas é verdadeira (V) ou falsa (F)		
1. Para saber escrever bem, é mais importante conhecer as regras de ortografia, crase, pontuação etc.		
2. Para escrever bem, é preciso ler muito.		
3. O bom professor de português fala sempre de acordo com as regras de gramática.		
4. Para aprender a escrever, o aluno deve aprender a falar como seu Professor de português.		
5. Para escrever direito, deve-se aprender gramática.		
6. A escola deve corrigir a fala dos alunos.		
7. Quem já aprendeu a ler, já pode escrever qualquer tipo de texto.		
8. O que é dado na aula de português não é utilizado no dia a dia.		
9. Em qualquer situação da vida, posso falar do mesmo jeito.		
10. Português é uma língua difícil.		
11. Português é uma língua chata.		
12. Existem brasileiros que fazem melhor uso da língua portuguesa que outros brasileiros.		
13. Quanto mais próximo da norma-padrão, melhor/mais correto o português da pessoa.		
14. Os portugueses falam melhor português que os brasileiros.		
15. O correto é falar como está prescrito na gramática.		
16. Pessoas analfabetas não sabem português.		
17. O domínio da norma-padrão é uma forma de ascensão social.		
18. A língua escrita é mais correta do que a falada.		
19. Para escrever direito, deve-se melhorar o jeito de falar.		
20. A língua escrita é mais importante do que a falada.		
21. Saber falar bem é tão importante quanto saber escrever bem.		
22. A língua escrita é mais complicada que a língua falada.		
23. Se eu pudesse, mudaria meu jeito de falar e de escrever.		
24. O meu jeito de falar é igual ao das pessoas com quem convivo no lugar onde moro, por isso eu tenho orgulho do meu jeito de falar.		

25. O sotaque da Paraíba é bonito.		
26. Há algum sotaque mais bonito que o seu? Se sim, qual(is)? _____		

ANEXO 3 - Resposta ao questionário 1 do professor de escola particular.

DADOS PESSOAIS (Apenas para fins estatísticos)

1. Sexo:

() Feminino

(X) Masculino

2. Local de trabalho:

() Escola Pública

(X) Escola particular

3. Curso de habilitação profissional:

() Curso de Letras completo

() Curso de Letras incompleto

(X) Pós-graduação (Mestrado, Doutorado)

() Pós-graduação (especialização)

4. Se foi feita pós-graduação, em que área foi?

() Educação

(X) Letras

() Outra: _____

5. Tempo de formado

() recém-formado

() entre 1 e 5 anos

(X) mais de 5 anos

6. Há quanto tempo leciona: **14** anos

7. Na sua formação, o estudo de Sociolinguística pode ser considerado:

(X) excelente () bom

() razoável () fraco

() não fiz estudos de Sociolinguística

8. Características sociais dos alunos na escola onde você trabalha:

(X) predominantemente de classe média

() predominantemente de classe socioeconômica baixa

() um misto de classe socioeconômica média e baixa

ANEXO 4 - resposta ao questionário 1 da professora de escola pública

DADOS PESSOAIS (Apenas para fins estatísticos)

1. Sexo:

(X) Feminino

() Masculino

2. Local de trabalho:
☒ Escola Pública
☐ Escola particular
3. Curso de habilitação profissional:
☐ Curso de Letras completo
☐ Curso de Letras incompleto
☒ Pós-graduação (Mestrado, Doutorado)
☐ Pós-graduação (especialização)
4. Se foi feita pós-graduação, em que área foi?
☐ Educação
☒ Letras
☐ Outra: _____
5. Tempo de formado
☐ recém-formado
☐ entre 1 e 5 anos
☒ mais de 5 anos
6. Há quanto tempo leciona: **12** anos
7. Na sua formação, o estudo de Sociolinguística pode ser considerado:
☐ excelente ☒ bom
☐ razoável ☐ fraco
☐ não fiz estudos de Sociolinguística
8. Características sociais dos alunos na escola onde você trabalha:
☐ predominantemente de classe média
☒ predominantemente de classe socioeconômica baixa
☐ um misto de classe socioeconômica média e baixa

ANEXO 5 - Respostas dos alunos e do professor de escola particular ao questionário 2.

21 alunos do colégio particular				Professor do colégio particular		
Perguntas	VERDADEIRO	FALSO		Perguntas	VERDADEIRO	FALSO
1	17	4		1		FALSO
2	14	7		2		FALSO
3	5	16		3		FALSO
4	1	20		4		FALSO
5	18	3		5		FALSO
6	6	15		6		FALSO
7	4	17		7		FALSO
8	1	20		8		FALSO
9	2	19		9		FALSO
10	18	3		10		FALSO
11	5	16		11		FALSO

12	14	7		12		FALSO
13	11	20		13		FALSO
14	1	20		14		FALSO
15	1	20		15		FALSO
16	1	20		16		FALSO
17	17	4		17		FALSO
18	9	12		18		FALSO
19	6	15		19		FALSO
20	1	20		20		FALSO
21	16	5		21	VERDADEIRO	
22	18	3		22		FALSO
23	9	12		23		FALSO
24	16	5		24		FALSO
25	19	2		25	VERDADEIRO	
26	6	15		26		FALSO
Recife	1					
Rio de Janeiro	2					
Pernambuco	2					
Região Sul	1					

ANEXO 6 - Respostas dos alunos e do professor de escola pública ao questionário 2.

23 alunos da escola pública				Professor do colégio público		
Perguntas	VERDADEIRO	FALSO		Perguntas	VERDADEIRO	FALSO
1	20	3		1		FALSO
2	15	8		2	VERDADEIRO	
3	15	8		3		FALSO
4	4	19		4		FALSO
5	20	3		5	VERDADEIRO	
6	12	11		6		FALSO
7	5	18		7		FALSO
8	2	21		8		FALSO
9	0	23		9		FALSO
10	18	5		10		FALSO
11	4	19		11		FALSO
12	22	1		12	VERDADEIRO	
13	19	4		13	VERDADEIRO	
14	5	18		14		FALSO
15	16	7		15		FALSO
16	11	12		16		FALSO

17	14	9		17	VERDADEIRO	
18	17	6		18		FALSO
19	16	7		19		FALSO
20	8	15		20		FALSO
21	21	2		21	VERDADEIRO	
22	17	6		22	VERDADEIRO	
23	15	8		23		FALSO
24	20	3		24	VERDADEIRO	
25	23	0		25	VERDADEIRO	
26	9	14		26		FALSO
Não respondeu	1					
Pernambuco	1					
Rio de Janeiro	4					
São Paulo	2					
Portugal	1					
Recife	1					
Rio de Janeiro e São Paulo	1					

ANEXO 7 - Respostas dos alunos de escola particular ao questionário 2 dividido por sexo.

	21 alunos escola particular			
	Feminino (10)		Masculino (11)	
Questões	Verdadeiro	Falso	Verdadeiro	Falso
1	9	1	8	3
2	7	3	7	4
3	4	6	1	10
4	0	10	1	10
5	9	1	9	2
6	2	8	4	7
7	0	10	4	7
8	0	10	1	10
9	0	10	2	9
10	9	1	9	2

11	3	7	2	9
12	4	6	10	1
13	3	7	8	3
14	0	10	1	10
15	1	9	0	11
16	0	10	1	10
17	7	3	10	1
18	3	7	6	5
19	1	9	5	6
20	0	10	1	10
21	8	2	8	3
22	8	2	10	1
23	4	6	5	6
24	9	1	7	4
25	8	2	11	0
26	3	7	3	8
	Recife (1)		Região Sul (1)	
	Pernambuco (1)		Pernambuco (1)	
	Rio de Janeiro (1)		Rio de Janeiro (1)	

ANEXO 8 - Respostas dos alunos de escola pública ao questionário 2 dividido por sexo.

	23 alunos da escola pública			
	Feminino (12)		Masculino (11)	
Questões	Verdadeiro	Falso	Verdadeiro	Falso
1	10	2	10	1
2	10	2	5	6
3	7	5	8	3

4	1	11	3	8
5	11	1	9	2
6	5	7	7	4
7	3	9	2	9
8	1	11	1	10
9	0	12	0	11
10	11	1	7	4
11	2	10	2	9
12	11	1	11	0
13	9	3	10	1
14	2	10	3	8
15	9	3	7	4
16	4	8	7	4
17	8	4	6	5
18	10	2	7	4
19	8	4	8	3
20	2	10	6	5
21	10	2	11	0
22	9	3	8	3
23	7	5	8	3
24	11	1	9	2
25	12	0	11	0
26	6	6	3	8
	Não respondeu (1)		Rio de Janeiro (2)	
	Portugal (1)		Recife (1)	
	São Paulo (2)			
	Rio de Janeiro (2)			
	Pernambuco (1)			

Observação: 1 aluno colocou São Paulo e Rio de Janeiro como resposta.

ANEXO 9 - Modelo de termo de consentimento dos para professores e alunos maiores de idade.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Participação no estudo

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Crenças e atitudes linguísticas na educação básica”, coordenada por Iago Salles Lobo Correia. O objetivo deste estudo é evidenciar as crenças dos alunos concluintes do Ensino Médio e dos seus professores acerca da língua portuguesa.

Caso você aceite participar, você terá que avaliar algumas afirmações sobre língua portuguesa, ensino, gramática, fala e escrita em verdadeiro ou falso, o que deve durar cerca de 5 a 10 minutos. Além disso, haverá uma identificação da sua formação docente, como, por exemplo, se houve pós-graduação e a quantos anos você atua como professor(a).

Riscos e Benefícios

Com sua participação nesta pesquisa, você não estará exposto(a) a riscos e desconforto, mas caso eles venham a ocorrer, serão tomadas as seguintes providências: poderá se abster de alguma resposta ou da pesquisa inteira sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Esta pesquisa tem como benefícios discussões importantes e necessárias sobre ensino, especialmente sobre ensino de língua portuguesa na Educação Básica, visando a contribuições para uma educação linguística cada vez mais apropriada.

Sigilo, Anonimato e Privacidade

O material e as informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem sua identificação.

Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. A sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Se com a sua participação na pesquisa for detectado que você apresenta alguma condição que precise de tratamento, você receberá orientação da equipe de pesquisa, de forma a receber um atendimento especializado. Você também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-

mail ou telefone, a partir dos contatos dos pesquisadores que constam no final do documento.

Devolutiva dos resultados

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de 01 de julho de 2022 via e-mail ou *Whatsapp*. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa – sejam informações de prontuários, gravação de imagem, voz, audiovisual ou material biológico – somente poderão ser utilizados para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

Ressarcimento e Indenização

Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica gastos a você. No entanto, caso você tenha alguma despesa decorrente da sua participação, tais como transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido do valor gasto. Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, você será indenizado, conforme determina a lei.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com você.

Consentimento de Participação

Eu _____ concordo em participar, voluntariamente da pesquisa intitulada “Crenças e atitudes linguísticas na educação básica” conforme informações contidas neste TCLE.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Pesquisador (a) responsável (orientador (a)): Fernanda Rosário de Mello

E-mail para contato: fmelloufpb@gmail.com

Telefone para contato: 99910-8534



Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável:

Outros pesquisadores:

Nome: Iago Salles Lobo Correia

E-mail para contato: iagosalleslobocorreia@gmail.com

Telefone para contato: (83)99601-8853



Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a):

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Contato do pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética do Centro de Ciências Médicas

Endereço:- Centro de Ciências Médicas, 3º andar, Sala 14, Campus I - Cidade Universitária - Bairro Castelo Branco CEP: 58059-900 - João Pessoa-PB

Telefone: (083) 3216-7308

E-mail: comitedeetica@ccm.ufpb.br

(Adaptado do documento da UNISUL)

ANEXO 10 - Modelo de termo de consentimento dos alunos menores de idade.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Participação no estudo

Seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Crenças e atitudes linguísticas na educação básica”, coordenada por Iago Salles Lobo Correia. O objetivo deste estudo é evidenciar as crenças dos alunos concluintes do ensino médio e dos seus professores acerca da língua portuguesa.

Caso você libere a participação do seu filho(a), ele(a) terá que avaliar algumas afirmações sobre língua portuguesa, ensino, gramática, fala e escrita em verdadeiro ou falso, o que deve durar cerca de 5 a 10 minutos. Além disso, haverá apenas a identificação do sexo do(a) aluno(a) (masculino/feminino) e de sua idade.

Riscos e Benefícios

Com a participação do(a) seu(sua) filho(a) nesta pesquisa, ele(a) não estará exposto(a) a riscos e desconforto, mas caso eles venham a ocorrer, serão tomadas as seguintes providências: ele(a) poderá se abster de alguma resposta ou da pesquisa inteira sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Esta pesquisa tem como benefícios discussões importantes e necessárias sobre ensino, especialmente sobre ensino de língua portuguesa na Educação Básica, visando a contribuições para uma educação linguística cada vez mais apropriada.

Sigilo, Anonimato e Privacidade

O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem sua identificação.

Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. A participação do(a) seu(sua) filho(a) é voluntária e ele(a) terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

Seu(sua) filho(a) também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Se com a sua participação na pesquisa for detectado que apresenta alguma condição que precise de tratamento, receberá orientação da equipe de pesquisa, de forma a receber um atendimento especializado. Você também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone, a partir dos contatos dos pesquisadores que constam no final do documento.

Devolutiva dos resultados

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de 01 de julho de 2022, via e-mail ou *Whatsapp*. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa – sejam

informações de prontuários, gravação de imagem, voz, audiovisual ou material biológico – somente poderão ser utilizados para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

Ressarcimento e Indenização

Lembramos que a participação do seu filho(a) é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos a você. No entanto, caso você tenha alguma despesa decorrente da sua participação, tais como transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido do valor gasto. Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, você será indenizado, conforme determina a lei.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com você.

Consentimento de Participação

Eu _____ concordo que meu filho pode participar, voluntariamente, da pesquisa intitulada “Crenças e atitudes linguísticas na educação básica” conforme informações contidas neste TCLE.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Pesquisador (a) responsável (orientador (a)): Prof^a Dr^a Fernanda Rosário de Mello

E-mail para contato: fmelloufpb@gmail.com

Telefone para contato: 99910-8534

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável:



Outros pesquisadores:

Nome: Iago Salles Lobo Correia

E-mail para contato: iagosalleslobocorreia@gmail.com

Telefone para contato: (83)99601-8853



Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a):

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Contato do pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética do Centro de Ciências Médicas

Endereço:- Centro de Ciências Médicas, 3º andar, Sala 14, Campus I - Cidade Universitária - Bairro Castelo Branco CEP: 58059-900 - João Pessoa-PB

Telefone: (083) 3216-7308

E-mail: comitedeetica@ccm.ufpb.br

(Adaptado do documento da UNISUL)